

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Sérgio Henrique de Campos Esporte

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO RURAL HORTO  
VERGEL (MOGI MIRIM-SP)**

Sorocaba

2022

Sérgio Henrique de Campos Esporte

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO RURAL HORTO  
VERGEL (MOGI MIRIM-SP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo.

Coorientação: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Sorocaba

2022

Esporte, Sérgio Henrique de Campos

Caracterização socioambiental do Assentamento Rural Vergel (Mogi Mirim-SP) / Sérgio Henrique de Campos  
Esporte -- 2022.  
100f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Ismail Barra Nova de Melo.  
Banca Examinadora: Ana Rute do Vale, Neusa de Fátima Mariano  
Bibliografia

1. Assentamento. 2. Rural. 3. Caracterização socioambiental. I. Esporte, Sérgio Henrique de Campos.  
II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -  
CRB/8 6979



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

---

### Folha de Aprovação

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Sergio Henrique de Campos Esporte, realizada em 27/07/2022.

#### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo (UFSCar)

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo (UFSCar)

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Rute do Vale (UNIFAL - MG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

#### **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação especialmente para vó Célia (*in memoriam*) e para Maria (*in memoriam*), luzes da minha vida. As lembranças e memórias que essas mulheres compartilharam sobre espaço rural e o trabalho com a terra me serviram de inspiração. Dedico esta pesquisa aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento Horto Vergel.

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção da dissertação de mestrado foi para além de um desenvolvimento acadêmico, foi um processo de muito amadurecimento pessoal e descobertas, bem longe de ser confortável e parecia nunca ter fim. Esses anos de dedicação ao mestrado foram de muitos aprendizados, alguns prazerosos e felizes e outros doloridos e sombrios. Tal experiência não teria êxito se não fosse o apoio e a parceria de pessoas especiais, as quais faço questão de agradecer:

Primeiramente a minha família: ao meu pai Esquerda, a minha mãe Mariana e ao meu irmão Gabriel, por sempre acreditarem em mim e apoiarem os meus sonhos e projetos. E a todos os familiares que me incentivaram.

Aos moradores do Assentamento Rural Horto do Vergel pela parceria e pelo exemplo de resistência na luta pela terra, agroecologia e soberania alimentar. Vocês e seus territórios são inspirações vivas.

À querida Gabrielle, por ser minha companhia desde a busca ao programa de pós-graduação em Geografia até os momentos de estudos e escrita dos resultados deste trabalho, onde com muito carinho e atenção sempre me apoiou para seguir adiante.

Aos professores, coordenadores, técnicos e toda a equipe que compõe o Programa de Pós-Graduação em Geografia / PPGGeo – UFSCar Sorocaba, por toda dedicação, paciência e compromisso com a ciência. Em especial, agradeço aos orientadores: Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo e Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo pela parceria e pela contribuição com a pesquisa.

Aos amigos geógrafos: Arthur e Dave que compartilharam suas experiências nas pesquisas em geografia agrária e me animaram a seguir com este projeto.

Aos amigos de Sorocaba pela convivência, em especial aos colegas do PPGGeo: Douglas, Natália, Edineuza e Bruno pelas partilhas da vida e dos estudos. Ao Fábio, Caíque, Milton, Lucas e Eric pela acolhida e por terem me propiciado uma moradia no período do mestrado. A Márcia, pelo apoio e amizade.

Aos colegas de trabalho e aos estudantes das escolas que pertenci durante o período do mestrado pela compreensão de minhas ausências durante o tempo que fiquei me dedicando ao processo da pós graduação.

À prefeitura Municipal de Mogi Mirim, em nome da arquiteta Renata Furigo e ao ITESP – Instituto de Terra do Estado de São Paulo, através da pessoa do Jefferson

Rodrigo Cantelli, pelas contribuições e conversas animadoras em relação à pesquisa. Aos moradores do Assentamento Rural Horto Vergel pelo acolhimento e pelos saberes compartilhados, vocês são as principais referências e incentivo para que este trabalho chegasse ao fim.

Ao Ernani, pelo auxílio no levantamento das informações históricas onde gentilmente disponibilizou os registros organizados na sede do Partido dos Trabalhadores – PT Mogi Mirim para consulta.

Ao amparo e às bênçãos divinas, onde a fé foi essencial no processo do mestrado.

Agradeço a todos e a todas que cruzaram meu caminho e me ajudaram nessa jornada na busca pelo conhecimento científico e pelo autoconhecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral realizar uma caracterização das dinâmicas ambientais e sociais do Assentamento Rural Horto Vergel. Para alcançar este objetivo, percorreremos também alguns objetivos específicos: compreender os aspectos históricos e atuais em relação ao processo de ocupação e permanência dos assentados; reconhecer as relações do assentamento com as cidades de Mogi Mirim e Itapira (relação campo-cidade) e evidenciar as principais temáticas sociais e ambientais que permeiam a realidade do assentamento. O percurso metodológico da pesquisa consistiu nas seguintes etapas: levantamento de reportagens e notícias; trabalho de campo; interpretação de informações geográficas; e coleta de relatos dos moradores sobre os temas que cercam o assentamento. Os resultados mostraram que o que se destaca ao longo da história do assentamento é a produção agrícola, principalmente de subsistência, e as sucessivas tentativas de comercialização de seus produtos. Já as produções não agrícolas surgem como um complemento à renda das famílias que ali residem. Em suma, consideramos a relevância de levantar e relacionar os elementos referente à dinâmica ambiental e cultural a partir da espacialização dos elementos e fenômenos por meio do levantamento de dados quantitativos e qualitativos que contribuem para o planejamento do território a partir da apreensão das informações pela comunidade e pelo poder público, no sentido de subsidiar tomadas de decisões e alternativas para a gestão do território.

Palavras-chave: Assentamento. Rural. Caracterização socioambiental.

## **ABSTRACT**

The general objective of this research is to characterize the environmental and social dynamics of the Vergel Rural Settlement. In order to reach this objective, we will also go through some specific objectives: to understand the historical and current aspects in relation to the process of occupation and permanence of the settlers; recognize the settlement's relations with the cities of Mogi Mirim and Itapira (country-city relationship) and highlight the main social and environmental themes that permeate the reality of the settlement. The methodological course of the research consisted of the following steps: survey of reports and news; fieldwork; interpretation of geographic information; and collecting testimonies from residents on issues surrounding the settlement. The results showed that what stands out throughout the history of the settlement is agricultural production, mainly subsistence, and the successive attempts to commercialize its products. On the other hand, non-agricultural productions appear as a complement to the income of the families who live there. In short, we consider the relevance of surveying and relating the elements referring to the environmental and cultural dynamics from the spatialization of elements and phenomena through the collection of quantitative and qualitative data that contribute to the planning of the territory from the apprehension of information by the community and by the public power, in the sense of subsidizing decision-making and alternatives for the management of the territory.

Keywords: Settlement. Rural. Socio-environmental characterization.

## FIGURAS

Figura 1 - Proporção da área ocupada pelos 10% maiores (A10+%) e 90% menores (A90-%) imóveis da malha .....	31
Figura 2 - Mapa de distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil.....	32
Figura 3 - Diferença de resultado no índice de Gini considerando as terras privadas sem os assentamentos rurais e o total com os assentamentos rurais .....	34
Figura 4 - SEQ Mapa \* ARABIC 1: Mapa de Localização da área de estudo .....	52
Figura 5 - Mapa do Assentamento Rural Horto Vergel com as divisões dos 90 lotes .....	53
Figura 6 - Mapa de altitudes do território do Assentamento Rural Horto Vergel .....	57
Figura 7 - Mapa pedológico do Assentamento Rural Horto Vergel .....	58
Figura 8 - Mapa de recursos hídricos e APP's hídricas do Assentamento Rural Horto Vergel.....	60
Figura 9 - Mapa de uso e ocupação do solo do Assentamento Rural Horto Vergel ..	62
Figura 10 - Mapa síntese da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, adaptado do Plano de Bacia da UGRHI-9 (2008) .....	64
Figura 11 - Diversidade na produção agrícola com diferentes cultivos: a) milho b) jiló; c) banana. d) abacate .....	76
Figura 12 - Diversidade na produção agrícola com diferentes cultivos: a) limão b) manga; c) moranga d) horta.....	77
Figura 13 - Potencialidades para o desenvolvimento de atividade agrícola e não agrícola. a) produção de mandioca. b) chips de mandioca; c) horta de subsistência. d) lago do Vergel .....	79
Figura 14 - Potencialidades para o desenvolvimento de atividade agrícola e não agrícola: a) comercialização coletiva de banana e manga. b) produtos artesanais: bolo de mandioca e doce de laranja; c) lazer: pescaria no lago. d) turismo: romaria da terra e das águas – SP .....	80

## **SIGLAS E ABREVIações**

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária  
APP's – Áreas de Preservação Permanente  
ATER – Serviços de assistência técnica e extensão rural  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura / Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FEPASA - Ferrovia Paulista S/A  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MEPF – Ministério Especial de Política Fundiária  
MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RMC – Região Metropolitana de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>11</b>
<b>2 QUESTÕES E DILEMAS: OS PROCESSOS MAIORES QUE INFLUENCIAM A COMPOSIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS</b> .....	<b>16</b>
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÍCOLA .....	16
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	18
2.3 ESPAÇO RURAL E SUAS CONFIGURAÇÕES.....	21
2.5 O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA.....	29
2.6 ASSENTAMENTOS .....	36
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGEM, PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS QUE AUXILIAM NA INTERPRETAÇÃO DA COMPLEXIBILIDADE SOCIAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO RURAL</b> .....	<b>43</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: ASSENTAMENTO RURAL HORTO VERGEL.....	49
<b>4 RETRATO DO ASSENTAMENTO: HISTÓRIA, AMBIENTE E SOCIEDADE</b> .....	<b>55</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS FÍSICO-NATURAIS DO TERRITÓRIO .....	55
4.2 HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO .....	65
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	73
4.4 O ACESSO, DISTRIBUIÇÃO E USO DA ÁGUA .....	81
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>91</b>
<b>ANEXO 1 – REPORTAGEM SOBRE DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTORAS NO ASSENTAMENTO RURAL HORTO VERGEL</b> .....	<b>97</b>
<b>ANEXO 2 – NOTÍCIA QUE EVIDENCIA A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DO VERGEL COM AS CIDADES DA REGIÃO POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS NATURAIS</b> .....	<b>98</b>
<b>ANEXO 3 – NOTÍCIA QUE MENCIONA O ASSENTAMENTO COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA</b> .....	<b>99</b>
<b>ANEXO 4 – NOTÍCIA DENUNCIA A FALTA DE ESTRUTURA NO ASSENTAMENTO</b> .....	<b>100</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a época em que cursei graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) interessei-me pelas questões socioambientais, principalmente relacionadas ao espaço rural e às atividades ligadas ao campo, ao manejo da terra e à agricultura familiar. Ainda na graduação, tive a oportunidade de participar do I Encontro de Agroecologia do IFSULDEMINAS (Campus Machado/MG), onde, no decorrer da programação científica e cultural, conheci um grupo de mulheres que se identificavam como “agricultoras agroecológicas” e eram nacionalmente conhecidas como “Marias da Terra”. O coletivo de mulheres estava no evento promovendo a educação ambiental a partir do diálogo e da exposição de produtos naturais e artesanais provenientes da agricultura familiar para a comunidade participante da atividade acadêmica e extensionista.

Neste espaço de diálogos e troca de saberes, as agricultoras mencionaram que os produtos expostos eram de origem do Assentamento Rural Horto Vergel, localizado no município de Mogi Mirim/SP. Quando elas citaram a cidade de origem fiquei impressionado, pois sou natural do município vizinho, Mogi Guaçu/SP, e pouco tinha ouvido falar ou visto ações de evidência sobre o Assentamento Rural Horto Vergel na região. Pelo contrário, só fui ter o contato direto com os produtos e conhecer um pouco da história e das atividades do assentamento em um evento que foi realizado em um outro estado.

Desde aquele dia, fiquei curioso em conhecer a história e a realidade do Assentamento Rural Horto Vergel, ficando latente a seguinte questão: De qual maneira a ciência geográfica poderia contribuir para o estudo do assentamento? Tal indagação reverberava na perspectiva e no anseio em buscar, a partir da pesquisa, evidências para compreender as potencialidades, as fragilidades, as lutas, os saberes e as atividades do espaço rural, possibilitando, assim, um olhar específico e incluído do Assentamento Rural Horto Vergel.

Essa é uma breve memória do caminho que me moveu em direção à pesquisa. A partir destas provocações, escrevi um projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba), pois me identifiquei com a proposta do programa em formar pesquisadores críticos e engajados socialmente a partir da produção do conhecimento científico,

levando em conta a complexidade e a potencialidade analítica e reflexiva da Geografia com base na problematização da realidade.

Durante o período da pós-graduação, ocorreram uma série de eventos e discussões acadêmicas que se mostraram relevantes por apontarem para a atualidade da temática dos assentamentos e da luta pela terra e das quais participei. Destaco o Congresso Brasileiro de Turismo Rural/ESALQ (CBTR–USP, 2019) e a IX Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais/FEAGRI (UNICAMP, 2019). Os eventos reforçaram a necessidade de se voltar um olhar atento à situação do espaço rural, dos assentamentos e dos problemas relativos à questão terra como um todo.

Portanto, esta pesquisa tem uma preocupação em contribuir com reflexões teóricas e aplicações práticas que auxiliem na identificação das evidências e possibilidade de construção de sistematizações das características sociais e ambientais de um assentamento rural a partir de uma análise integrada da realidade. Diante deste panorama das intencionalidades subjetivas, dos caminhos e encontros que desenharam a construção da pesquisa, ficou evidente a necessidade de buscar saberes e conhecimentos que perpassassem pelas temáticas da questão agrária e também das questões socioambientais.

Diante deste panorama, destaca-se a necessidade da análise de territórios que apresentam uma importante função social e ambiental como o Assentamento Rural Horto Vergel, o qual está localizado nos limites municipais das cidades de Mogi Mirim e Itapira, as quais estão situadas no interior do estado de São Paulo. O Assentamento ocupa uma área total de 1.216 ha, sendo 811 ha (66,7%) alocados para loteamento, que estão divididos em 90 lotes de aproximadamente 8,5 ha cada, abrigando 90 famílias (GUERRERO, 2009).

Dessa maneira, esta pesquisa tem como objetivo geral caracterizar o Assentamento Rural Horto Vergel nos seus aspectos ambientais, sociais e culturais. Para alcançar este objetivo percorreremos também alguns objetivos específicos: compreender os aspectos históricos ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas no assentamento rural; reconhecer as relações do assentamento em relação as cidades de Mogi Mirim e Itapira (relação campo-cidade); evidenciar as principais temáticas sociais e ambientais que permeiam a realidade do assentamento; e articular os resultados das análises pontuando indicações das demandas do assentamento.

Em suma, consideramos a relevância de levantar e relacionar os elementos referente à dinâmica ambiental e cultural a partir da espacialização dos elementos e fenômenos por meio do levantamento de dados quantitativos e qualitativos que podem contribuir para o planejamento do território a partir da apreensão das informações pela comunidade e pelo poder público, no sentido de subsidiar tomadas de decisões e alternativas para a gestão do território.

Na busca de atingir os objetivos da pesquisa, percorreremos a metodologia baseada na abordagem do estudo de caso, pois a intenção é de evidenciar detalhes de um objeto único, específico e delimitado. De acordo com Gil (2007) o estudo de caso permite uma visão global da realidade, no sentido de compreender as relações e influências entre os fenômenos do real.

Quando se trata de realizar um estudo de caso Yin (2001) nos recomenda que que para investigar fenômenos dentro de um contexto precisamos buscar diversas fontes de coleta dos dados para que as análises e interpretações possam convergir na consolidação de um estudo atraente e relevante. Seguindo esta orientação, definimos a condução para a coleta e análise de dados a partir dos seguintes procedimentos: levantamento de referências bibliográficas, trabalho de campo de observação e registro fotográfico; análise documental em jornais impressos e mapeamento com base na análise espacial utilizando Sistema de Informação Geográfica. Tais instrumentos irão se complementar para a compreensão integrada do objeto de estudo.

Utilizamos como fontes históricas o dossiê compilado por moradores mantido pela sede do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade de Mogi Mirim. Esse dossiê possui registros, documentos e reportagens que compõem a documentação sobre a história de formação do assentamento, com recortes e fotografias selecionados e organizados pelos próprios assentados e apoiadores da luta pela reforma agrária. Muitas dessas reportagens foram recortadas de seu periódico original sem constar a informação completa sobre fontes, pois o acervo não conta com o trabalho de arquivistas profissionais. Trata-se de um arquivo particular da memória coletiva e de fragmentos da história do assentamento.

Desta maneira, este trabalho se preocupa em analisar o território do Assentamento Rural Horto Vergel. Os assentamentos precisam ser compreendidos a partir de suas características de formações históricas (consolidação do território) e espaciais (arranjo e distribuição dos fenômenos ambientais e sociais). Neste sentido,

debruçar o estudo mediante a estas análises nos permite buscar compreender a existência de outras formas de relação com a terra e as contradições do sistema capitalista.

Cabe ressaltar que a organização da agricultura é impactada pelos contextos e transições econômicas (nacionais e internacionais) e também pela estrutura agrária do nosso país, que é caracterizada pela concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, onde o latifúndio produz em larga escala a monocultura e a produção agrícola fica cada vez mais destinada à exportação de mercadorias (açúcar, café, milho, algodão, laranja, tabaco, arroz, soja e etc.).

Outros fatores que também vão influenciar o processo de produção de alimentos são: a “industrialização da agricultura” e a tecnologia, onde as máquinas; os fertilizantes e defensivos químicos passam a ser incorporados com maior intensidade na agricultura brasileira desde o final dos anos 70 até os dias de hoje, gerando assim uma dependência ao segmento industrial e das inovações tecnológicas para suprir as demandas de alta produtividade.

Aliados a estes fatores, as políticas públicas por meio de programas e projetos que incentivem os produtores rurais também são uma questão importante e estruturante para tentar compreender a questão agrária no Brasil. Subsidiar o planejamento territorial do assentamento com base na identificação e análise de suas características e dinâmicas ambientais e sociais.

O capítulo Questão Agrária e Questão Agrícola consiste no referencial teórico para análise das contradições do espaço geográfico, definindo as diferenciações entre a questão agrária e a questão agrícola; apresentando um breve histórico da propriedade; apresentando o desenvolvimento da questão agrária no Brasil; definindo o espaço rural e o conceito de “novo rural”; discutindo as nuances entre a agricultura familiar e o campesinato; situando o problema da reforma agrária no Brasil e expondo um pouco sobre as políticas dos assentamentos.

O capítulo Percurso Metodológico resalta os materiais e métodos utilizados na pesquisa, evidenciando a abordagem das rodas de conversa e da análise documental para compreender as diversidades e particularidades dos assentamentos rurais a partir da perspectiva de integração entre os elementos ambientais (naturais) e elementos sociais (culturais) sustentando a contribuição da caracterização socioambiental do território a partir da análise espacial por meio do geoprocessamento em conjunto com a pesquisa participativa, enfatizando a importância do processo

democrático junto à comunidade local para o melhor detalhamento e apreensão crítica das informações da realidade.

O capítulo Resultados e Discussão foi o espaço destinado à apresentação dos resultados da pesquisa a partir de tais análises: atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas e em potencial no assentamento; relação campo-cidade; materiais cartográficos a partir da espacialização dos elementos e dinâmicas ambientais e sociais; articulação das temáticas socioambientais para apresentar a caracterização socioambiental do Assentamento Rural Horto Vergel. O capítulo traz uma apresentação do Assentamento Rural Horto Vergel, a caracterização dos elementos físico-naturais, o histórico de formação do assentamento por meio dos recortes de jornais, a caracterização dos aspectos sociais por meio dos relatos e a problematização do acesso à água.

As Considerações Finais têm a intenção de realizar um panorama geral das discussões anteriores propondo uma reflexão sobre a necessidade de realizar um estudo mais detalhado dos assentamentos rurais a partir da integração das dinâmicas sociais e ambientais do local para que efetivamente possa acontecer um processo de identificação e planejamento territorial. Por fim, a pesquisa culmina na reunião e análise dos resultados obtidos com a pesquisa, com o que se espera contribuir com a divulgação dos resultados para a comunidade local e para a utilização por representantes do poder público como material de apoio para o planejamento territorial.

## **2 QUESTÕES E DILEMAS: OS PROCESSOS MAIORES QUE INFLUENCIAM A COMPOSIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.**

A análise geográfica dos assentamentos precisa ser compreendida a partir da relação entre a sociedade e a organização espacial. Neste sentido, encaramos a constante produção do espaço dos assentamentos rurais como um processo de ressignificações materiais e simbólicas. Tal processo é influenciado por questões e dimensões maiores (global) que influencia direta e indiretamente a organização e produção do espaço em âmbitos menores (local). Neste sentido, para compreender a conjuntura presente do Assentamento Rural, faz-se necessário passar por reflexões e processos maiores que certamente impactam a caracterização dos territórios. Por isso, nas próximas páginas deste capítulo vamos refletir sobre a questões agrária e agrícola; retomar o histórico da questão agrária no Brasil; discorrer sobre o espaço rural e “novo rural”; discutir sobre agricultura familiar e campesinato; problematizar a reforma agrária e buscar compreender o processo de formação dos assentamentos rurais em nossos país.

### **2.1 QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÍCOLA**

A discussão sobre a questão agrária esteve presente em nosso país desde o princípio da colonização. O agrônomo José Francisco Graziano da Silva (1989) enfatiza que este debate está intrínseco à vida nacional, pois abrange questões econômicas, políticas, sociais e ambientais que estão relacionadas diretamente com cada período histórico, mas, sobretudo, está marcado pela expansão das relações capitalistas de produção no campo que busca incessantemente o crescimento da produção agropecuária e a perseguição do lucro. Trata-se de uma questão em aberto.

Para compreender os meandros que envolvem essa problemática, um recurso analítico que aparece no campo teórico é a diferenciação entre a questão agrícola e a questão agrária. Enquanto a questão agrícola se refere mais objetivamente à agricultura, a questão agrária diz respeito às dinâmicas econômicas que movimentam o setor primário da economia, quer estas se realizem no espaço urbano ou rural. Resumidamente,

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas produção: como se produz, de que forma se produz (SILVA, 1989, p. 11).

Desta maneira, a questão agrária está intimamente ligada à vida diária dos trabalhadores rurais e do seu espaço. “Os principais indicadores da questão agrária são: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo e etc.” (SILVA, 1989, p. 12).

Ambas estão intrinsecamente relacionadas e se influenciam mutuamente, sendo motivo que a crise de uma resulte na crise da outra. Entretanto, isso não é uma regra, e a solução para uma crise agrícola, por exemplo, pode resultar no desencadeamento de uma intensificação da crise agrária. Torna-se difícil, então, desvinculá-las se quisermos entender como ocorre seu impacto na realidade historicamente.

Desta maneira, compreender a dinâmica da agricultura e a relação do acesso à terra faz-se necessário, pois este é o principal recurso para a produção de alimentos. A questão agrária nos permite refletir sobre a distribuição, uso e ocupação da terra.

Wanderley (2019) coloca a questão agrária como uma questão para a sociedade brasileira, apresentando sua dimensão política no intuito de mostrar que a propriedade da terra é o centro histórico da política dominante que associada ao capital financeiro resulta em um processo de acumulação que concentra os meios de produção, separa o produtor direto de suas condições de subsistência e gera conflitos fundiários.

Fernandes (2008) reforça que a questão agrária sempre esteve ligada os conflitos por terras, alimentados pelas contradições e desigualdades no capitalismo. indicando que os processos geográficos de (des/re) territorialização são melhores compreendidos quando analisados em suas temporalidades e espacialidades que são construídas por relações e grupos sociais.

Diante das perspectivas percebemos que a questão agrária não está relacionada somente a propriedade da terra em si, mas estabelece interpelações com diversas temáticas: regimes alimentares, produção e comercialização de alimentos, questão de gênero no campo, formas de usos da terra, movimentos sociais, meio ambiente, agroecologia e soberania alimentar. Por isso, faz necessário compreender

a questão agrária no Brasil para assim começar a compreender os seus desdobramentos.

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Tendo em vista a discussão da questão agrária no Brasil, deparamo-nos com a contribuição de SILVA (1989) que nos informa sobre o arranjo historicamente construído da estrutura agrária brasileira. Essa estrutura tem como cerne a produção em larga escala e em grandes propriedades, os denominados latifúndios, usufruindo da terra para a produção de uma única mercadoria, ou seja, as monoculturas. O intuito dessa produção é, em sua maioria, destiná-la à exportação.

Esta característica de um modelo mercantil agrícola sustentado pela monocultura e pelo latifúndio marcam as relações de produção e comercialização praticadas no território brasileiro a partir do momento em que os povos originários de nosso território foram dominados pelo império português. Desde então, um imenso território repleto de recursos naturais passou a ser considerado terra para produção de mercadorias desejadas internacionalmente ao longo do tempo: açúcar, café, cacau, bovinocultura, soja, milho, produção de eucalipto, entre outros gêneros.

A sustentação de tais monoculturas se baseou, do século XVI ao final do século XIX, no sistema econômico-social do latifúndio escravista organizado sobre as relações de poder entre as classes sociais dos senhores, predominantemente portugueses e seus descendentes, e dos escravizados, negros africanos e afro-brasileiros. Foi a partir da instituição da Lei de Terras<sup>1</sup> até o momento da abolição legal do escravismo que se desenrolou o processo de decadência do sistema latifundiário-escravista (SILVA, 1989).

Em relação à organização da pequena produção de alimentos no Brasil, cabe ressaltar:

---

<sup>1</sup> A Lei de Terras previa a regulamentação de quem eram os sujeitos que poderiam possuir uma propriedade privada no Brasil, estabelecendo que as terras só poderiam ser obtidas por meio de compra e venda e doação do Estado e não mais pela sua ocupação prévia. Estabelecida em 1850, foi concomitante à Lei Eusébio de Queiroz que colocou fim ao tráfico de escravos e abriu brechas para a imigração europeia: “De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista” (SILVA, 1989, p. 25).

O latifúndio escravista era o eixo da atividade econômica da colônia definindo as duas classes sociais baixas: os senhores e os escravos. Mas em torno desta havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços que, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram “técnicos” empregados nos próprios latifúndios como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. E outros ainda como agricultores: ocupavam certos pedaços de terras e vendiam parte de sua produção nas feiras da cidade (SILVA, 1989, p. 23).

Observamos com esse trecho que a ocupação de terras para a produção de alimentos visando à subsistência e à venda do excedente da produção são fatos e processos presentes desde o período colonial. Isso evidencia que a agricultura familiar e as pequenas propriedades de terra são estruturas que compõem historicamente a dinâmica do espaço geográfico brasileiro.

No fim do século XIX, observou-se um início de industrialização acompanhado da urbanização e dos desenvolvimentos dos centros urbanos, antes dedicados apenas a uma função administrativa, o que veio a se acentuar nas primeiras décadas do século XX. A modernização desenvolvida pelo setor industrial afetou o modo de produção agrícola: aos pequenos produtores surgiu a demanda para a produção de matéria-prima para suprir as necessidades da indústria. Antes, sua produção em pequena escala focava-se em gêneros alimentícios e outros produtos para o consumo interno. Com a industrialização, passaram a produzir outros gêneros, tais como o tabaco e o algodão, este que tomou grandes proporções: “É fato que o setor têxtil algodoeiro foi um dos que mais investiu, a ponto de gerar uma crise de sobrecapacidade produtiva ao final do período – que só seria resolvida com a Política de “Defesa do Café” nos anos 30” (CANO, 2012, p. 903). Isso porque os latifúndios permaneciam mirando na monocultura. “Por outro lado a dimensão da indústria, da acumulação financeira, do mercado interno e da própria urbanização, impuseram ampla diversificação à estrutura industrial” (CANO, 2012, p. 903).

Após a consolidação da chamada indústria pesada no país, a partir dos anos 1960 instalaram-se as indústrias voltadas para os insumos agrícolas<sup>2</sup>. Em paralelo a

---

<sup>2</sup> Tais insumos consistem em todos os elementos que são necessários no processo de produção de um produto agrícola. Entram nessa relação o maquinário como os tratores, os defensivos químicos como os agrotóxicos, os fertilizantes, as sementes, os medicamentos e alimentos para o gado. Atualmente, o Governo Federal mantém um controle, na página do Ministério da Agricultura, sobre os seguintes tipos de insumos: pecuária e abastecimento, sementes e mudas, proteção de cultivares, agrotóxicos, fertilizantes, registro de estabelecimentos e produtos. Na página, é possível encontrar detalhes sobre os registros dos produtos, suas legislações específicas, as certificações e informações, ainda que superficiais, sobre os relatórios de fiscalizações de cumprimento da legislação. Disponível

isso, durante as décadas de 1960 e 1970, as pequenas propriedades agrícolas passaram por movimentos de retração, ressurgimento e certa expansão – ainda que limitada – variando de acordo com os ciclos das grandes propriedades. Porém, desde tal época, Silva (1989) afirma que o crescimento dos latifúndios é superior ao dos pequenos proprietários.

Inclusive, o próprio desenvolvimento urbano e industrial foi acelerado pelo êxodo rural, uma vez que os pequenos agricultores foram sendo expropriados e perdendo espaço para os latifúndios. No processo chamado de “fagocitose” foram sendo “engolidos” pelos grandes proprietários<sup>3</sup>. Com isso, restou aos moradores do campo mudarem-se para as cidades em busca de outras formas de trabalho para garantir sua sobrevivência. Transformaram-se, muitos deles, em operários das indústrias. Esta maneira de gerar o desenvolvimento interno não era inevitável, mas o motivo para que ocorresse assim, e não de outra forma, é carregado de intencionalidades:

Evidentemente não estamos querendo dizer que essa ampliação do mercado interno tivesse que ser necessariamente feita dessa maneira. Ou que não fosse possível ter sido também conseguida de outra maneira, como, por exemplo, por uma reforma agrária no campo e um aumento dos salários reais dos trabalhadores. A explicação para o fato de não termos trilhado outra via – democrática talvez – de desenvolvimento do capitalismo no país deve ser buscada não nas questões econômicas, mas sim nos interesse e poder dos grupos sociais envolvidos nesse processo (SILVA, 1989, p. 42-43).

O processo produtivo na agricultura brasileira continuou a ser conduzido pelas relações capitalistas que sustentam a concentração fundiária até os dias atuais. Nesse processo, o caráter privativo e especulativo acentua as desigualdades, incentiva a monocultura, gera a improdutividade da terra, corrobora com a exploração do trabalho e incentiva a apropriação e a fabricação da natureza, “como se o sistema capitalista

---

em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

<sup>3</sup> Silva explica que tal nomenclatura se inspira na Biologia, numa dinâmica em que “As pequenas propriedades perdem terreno, ou seja, são engolidas pelas grandes, no que se convencionou chamar, à semelhança do fenômeno biológico onde as grandes bactérias engolem e digerem as pequenas a sua volta, ‘processo de fagocitose’”.

passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros” (SILVA, 1989, p. 14).

Fernandes, Welch, Goncalves, (2014) afirmam que o Brasil agrário desse início de milênio não pode ser compreendido somente pela produção agropecuária e não deve ser entendido apenas pelos intensos conflitos fundiários. Trazendo para as ideias que o Brasil agrário é paradoxal: onde os agricultores camponeses recebem menor créditos agrícolas, possui menor área agricultável e produzem maior porcentagem do valor bruto. Consolidado uma desigualdade em relação ao disponibilidade de créditos e ocupação de terras entre o agricultor camponês e o agronegócio:

Esse paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente em meio à classe camponesa, em que 2 milhões de famílias, embora contribuam com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigadas a viver de ajuda governamental. Essas desigualdades são partes da história, construídas por meio de relações de dominação e resistências que configuraram o território brasileiro. (FERNANDES, 2014, p.21)

No bojo da questão agrária KAUTSKY (1986) nos coloca a tarefa de investigar se/e como capital se apodera da agricultura, no sentido de compreender as necessidades de novas ordens e configurações. Neste sentido, é necessário estudarmos o espaço rural e suas transformações e também realizar reflexões sobre a agricultura familiar e o campesinato, no intuito de analisar as subversões do sistema capitalista, bem como as resistências dos camponeses.

### 2.3 ESPAÇO RURAL E SUAS CONFIGURAÇÕES

Para debater estas questões e estruturar o processo de desenvolvimento da pesquisa, partimos do pressuposto que o espaço rural é constituído por elementos naturais que são gradativamente transformados em elementos humanizados. A combinação entre os elementos naturais e culturais oferece suporte para as relações sociais e, desta maneira, se concretiza o espaço rural, que está em constante transformação.

Este pressuposto ilustra as transformações do espaço geográfico, no qual, na perspectiva de Milton Santos, “[...] a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (SANTOS, 2009, p. 35). Nos últimos séculos, tamanho foi o grau de mecanização que o meio técnico substituiu o meio natural. Adentrando o século XX, entretanto, o meio técnico se torna

também insuficiente para explicar a realidade. Portanto, Santos nos faz refletir sobre as interferências da expansão do meio técnico-científico-informacional.

O desenvolvimento social e econômico, bem como o processo de transformação das atividades do campo em benefício do Capital que mencionamos acima, resultaram na divisão do território brasileiro em dois grandes subtipos: espaços urbanos e espaços agrícolas. Neste cenário, existe uma complexidade para compreender o constante processo de transformação do espaço rural, que majoritariamente é responsável pela produção da agricultura.

Percebemos que a técnica e a tecnologia se distribuem pelo espaço geográfico de maneira desigual e possuem uma grande influência na produção dos espaços rural e urbano. Acelera, assim, o intercâmbio de informações e costumes de um espaço para o outro, existindo uma intersecção das atividades que são impulsionadas principalmente pela tecnologia e comunicação que criam cada vez mais uma força responsável pela tentativa de homogeneização dos espaços.

Diante deste desafio para compreender a linha tênue de transição entre o rural e urbano nos municípios, coloca-se a importância de dispor de alguma classificação para bem definir as realidades e identidades dos e nos territórios que marcam o espaço geográfico, os quais possuem dinâmicas e funções próprias para que seja possível ordenar o espaço com regras, mecanismos e incentivos adequados, podendo, assim, resgatar a dignidade e oportunidades para pensar e promover o desenvolvimento.

Medeiros et al. (2012) salientam também a complexidade de divisar aquilo que é rural daquilo que é urbano, e a partir de suas reflexões, aliadas à legislação já existente, propõe que podemos realizar a diferenciação e análise dos territórios rurais e urbanos a partir de diversos eixos: político administrativo; políticas públicas; atividade praticada; quantitativo e posicional; materialidade morfológica, *continuum*; redes e fluxos.

Reforçamos a afirmação de Medeiros (2012) de que existem diversas concepções e ideias e que cabe ao pesquisador definir os eixos que vão servir de sustentação para a sua análise. Abordaremos, a seguir, os intrincamentos de algumas dentre essas concepções, conforme nos apontam Silva e Del Grossi (1998) que apresentam o termo “novo rural” para salientar as transformações e reconfigurações do espaço rural no Brasil.

A relevância da proposta deste estudo contempla a necessidade de compreender as interfaces que marcam a complexidade dos territórios rurais. Alentejano (2000) ressalta que os processos e interações entre os elementos da natureza e da humanidade possibilitam a valorização do território rural, da agricultura familiar e da pluriatividade.

Schneider (2000) evidencia emergência da pluriatividade com a incorporação de “novas funções” que são resultado do processo de “urbanização do campo” marcado pela modernização, ociosidade tecnológica e desemprego. Tal realidade altera o perfil dos produtores agrícolas e surgem novas demandas nos territórios rurais.

Maluf (2002) enfatiza a importância de nos apropriarmos da noção da multifuncionalidade em torno dos assentamentos rurais e da agricultura familiar, no sentido de compreender as economias e os desenvolvimentos que fazem oposição aos impactos negativos do modelo dominante da agricultura convencional no âmbito social, ambiental e cultural, associando as atividades agrícolas e não agrícolas no conjunto desta multifuncionalidade.

Esses autores dialogam com a crítica de Bombardi (2003), na medida em que nos fazem refletir, para que essas “novas funções” não sejam incorporadas de maneira acrítica. É necessário perceber o que essas diversas funcionalidades implicam no contexto de um assentamento e de que maneiras seus moradores podem incorporar práticas além da agricultura de maneira que se beneficiem disso e, ao mesmo tempo, mantenham sua ordem moral camponesa. Trata-se de um embate constante, onde as contradições se esbarram.

Fernandes (2004) enfatiza a ação dos movimentos sociais e a luta do campesinato pelo acesso a terra, onde as ocupações de terra (acampamento/assentamento) mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. A luta pela terra se torna permanente em nosso país, onde os movimentos sociais que defendem a reforma agrária são responsáveis pelo processo de reterritorialização do campesinato. Porém, em contrapartida existe um processo mais veloz de territorialização do agronegócio nos latifúndios e também nas terras dos camponeses e na agricultura familiar. É um intenso processo de correlação de forças e conflitualidade.

Vale (2005) salienta que não podemos perder de vista a complexidade da realidade, pois esta nunca mostra uma homogeneidade total, seja no campo, seja na

cidade. Apesar de existir uma difusão e intercâmbio de diversas atividades sociais e econômicas nos distintos espaços, existe também uma diversidade de usos e resistências de manutenção das tradições, bem como a incorporação de novos mecanismos e funções.

Neste sentido, Maia e Ferreira (2012) reforçam o papel da ciência geográfica em sua contribuição teórica, metodológica e ferramental para a análise da complexa organização do rural em decorrência da diversidade de funções e atividades, colocando assim a importância do planejamento territorial como uma estrutura analítica e estratégica.

Quando nos deparamos com a realidade rural do Brasil encontramos diversos percursos científicos que buscam apresentar variadas constatações e reflexões. Silva (2001) destaca a emergência do “novo rural”, para reforçar este cenário de constantes transformações e confluências de atividades diversificadas, por meio da apresentação de alguns desafios para o estudo deste “conceito: compreender as dinâmicas das ocupações agrícolas e não agrícolas; avaliar o impacto ambiental e socioeconômico das atividades desenvolvidas no meio rural; aprofundar o tema das relações entre o desenvolvimento local e políticas públicas para planejamento; e relacionar o tema das políticas públicas para o novo rural brasileiro com ênfase na política de turismo rural.

Nesta perspectiva de ressignificação do rural, João Rua (2005) enfatiza a importância da ciência geográfica em resgatar e analisar as diferenças entre as espacialidades que se materializam de maneira específica na cidade e no campo. Neste sentido, faz-se necessário resgatar as diferenças e a história de cada espaço.

Essa discussão das definições e das relações entre rural e urbano, bem como dos novos qualificativos desse rural, é importante pois permite perceber melhor a complexidade da sociedade brasileira e de suas representações espaciais, dominantes até aqui, e do apoio a lutas pela democratização dessa sociedade em que propostas de novos espaços de representação possam ser transformadas em outras representações espaciais (RUA, 2005, p. 58).

Por outro lado, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) nos faz refletir que o rural é um espaço de disputa e que os trabalhadores camponeses sem terra, organizados nos movimentos sociais, buscam garantir o acesso à dignidade da vida a partir da inserção social, econômica e política associado ao trabalho coletivo ou individual com a terra. Oliveira destaca a resistência dos camponeses para consolidação dos territórios dos assentamentos rurais e consolidação da cidadania que perpassa pela luta em torno da reforma agrária.

Em concordância, Fernandes (2005) traz a importância das leituras geográficas a partir dos movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais, intensificando a incorporação dos movimentos sociais na análise geográfica, pois são construtores e transformadores dos espaços em territórios que se constituem a partir da ação política e intencionalidade dos sujeitos. Salienta que as formas de organização, as relações e ações acontecem em suas dimensões: social, política, econômica e ambiental. E ressalta a importância de compreender os territórios construídos pelos movimentos sociais.

Percebe-se que, quando se trata das evidências científicas para compreender os territórios rurais, alguns pesquisadores como Silva estão convencidos de que a centralidade está na construção de um “novo rural” em curso. Outros, como Oliveira (2001) e Fernandes (2005) sustentam que a espinha dorsal é representada pela luta e resistência dos trabalhadores do campo. As diferentes perspectivas convergem no sentido de reforçar a importância da análise geográfica neste processo de investigação da realidade dos territórios rurais, sobretudo em considerar os aspectos sociais e ambientais como elementos imprescindíveis na análise.

Ao falar de territórios rurais, faz-se necessário esclarecer o que se entende por território e, conseqüentemente, por territorialidades que venham a se configurar nesse território. Segundo Rogério Haesbaert (2004, p. 1), território “[...] assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Já a noção de “territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar’” (HAESBAERT, 2004, p. 3)

Quando nos referimos aos aspectos sociais e ambientais, Carlos Walter Porto Gonçalves (2004), reforça a necessidade de debatermos dentro de uma perspectiva democrática a questão das territorialidades a partir do discernimento das relações que os homens e mulheres estabelecem entre si e com a natureza em um determinado espaço-tempo, bem como na percepção das dimensões entre sociedade e natureza em uma perspectiva mais ampla e integrada.

O mais interessante de todo esse debate é que a questão agrária/agrícola se urbanizou e, assim, é a relação cidade-campo como um todo que está em

discussão. Aquilo que parecia impossível, num mundo que se acreditava cada vez mais urbanizado e, inexoravelmente urbanizando-se, vem ocorrendo nos últimos anos, isto é, a crescente importância das lutas camponesas, indígenas e de tantas populações que reivindicam o direito ao território, à sua cultura, aos direitos coletivos e comunitários sobre o conhecimento acerca de cultivares e de remédios e que hoje se unificam diante da ameaça de ter a sua biotecnologia ancestral sendo poluída geneticamente por grandes corporações que, antes de tudo, visam seus próprios interesses. Essas populações até aqui vistas por muitos como atrasadas e condenadas à extinção têm hoje importantes aliados nas grandes cidades. Sua existência, para além da garantia de que a diversidade cultural está sendo mantida, parece se tornar de interesse da humanidade como um todo, inclusive pelos conhecimentos que detém (GONÇALVES, 2004, p. 44).

Favareto (2006) nos desafia a estudar a complexidade dos territórios rurais na contemporaneidade a partir de duas palavras-chave: heterogeneidade e conflitos. destacando três dimensões definidoras e fundamentais para compreender os territórios rurais na atualidade: relação rural-urbano, a proximidade com a natureza e as relações interpessoais.

Quando buscamos a compreensão dos territórios dos assentamentos rurais, Do Carmo e Comitre (2011) reforçam que a análise socioambiental é fundamental para entender a interação, funcionamento, comunicação e necessidades dos territórios, uma vez que a realidade é dinâmica e existe uma relação de influência entre o ambiente humano e o ambiente natural.

Em concordância com o novo rural de Graziano, Alentejano (2000) evidenciam as características deste “novo rural”, destacando a valorização da agricultura familiar, o avanço da pluriatividade, a disseminação de novas práticas agrícolas ambientalmente mais saudáveis e a consolidação dos assentamentos rurais como processos marcantes das transformações do meio rural que está em curso.

Diante dos diversos pontos de vista, fica claro que precisamos apreender informações relacionadas aos sujeitos que são influenciados pelas forças maiores e que também influenciam na construção de seus territórios e de sua comunidade. Esses sujeitos, quanto nos remetemos ao território dos assentamentos, são homens e mulheres que buscam uma porção de terra para praticar a agricultura, por isso, vamos trazer no próximo tópico reflexões sobre esses sujeitos, que diariamente a partir de suas lutas e resistências consolidam e influenciam os territórios dos assentamentos rurais.

## 2.4 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO

Do ponto de vista geográfico, Larissa Bombardi (2003) discorre sobre a relação entre ter-se o território como categoria de análise espacial e as distinções entre as denominações de campesinato ou agricultura familiar: “[...] se tomarmos o território como categoria de análise, faz uma grande diferença falar em campesinato ou em agricultura familiar, fundamentalmente porque a questão das relações sociais se configura como essencial nesta análise” (BOMBARDI, 2003, p. 110).

Usar o conceito de campesinato nessa abordagem “significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção” (BOMBARDI, 2003, p. 110). Desta maneira, Bombardi (2003) se utiliza da base teórica marxista e compreende o campesinato como uma classe social cuja reprodução se dá dentro deste mesmo sistema capitalista. Entendido como classe, afirma-se que participa da disputa que se dá no interior deste sistema, a chamada luta de classes. Portanto, pode ser compreendido como um posicionamento político a ser considerado.

Imerso neste sistema, o campesinato não se configura como classe autônoma porquanto sobrevive debaixo de suas regras. Entretanto, as relações que se estabelecem no campesinato não giram de acordo com a extração da mais-valia, propósito inato do capital. Giram em torno da produção de subsistência e sobrevivência de seu próprio modo de vida. Como, então, é possível que (re)existam nesta contradição?

Quanto a isso, Bombardi (2003) concorda com a antropóloga Margarida Maria Moura (1986) que os classifica como “classes subalternas”:

Num contexto de terras livres, assim entendidas as que ainda não foram privadamente apropriadas, os camponeses que aí residem, juridicamente denominados *posseiros*, trabalham apenas para o seu próprio sustento. Se comparados àqueles que sofrem a exploração do senhor da terra, os posseiros dedicam à lavoura um tempo de trabalho menor. Além disso, vivem isolados e comercializam sua produção apenas eventualmente. No entanto, nada disso lhes retira a condição de labradores e de subalternos (MOURA, 1986, p. 12-13).

Como não está vinculado às formas trabalhistas de jornada de trabalho e salário, a subjugação do campesinato ao capitalismo sucede de forma indireta: “[...] o que ocorre é uma sujeição de sua renda ao capital, o que lhe permite alguma maleabilidade para lidar nessa relação” (BOMBARDI, 2003, p. 11). Uma das maneiras que possibilita essa sujeição é a venda de sua produção agrícola, muitas vezes por

preços muito abaixo do custo, “[...] ou seja, o capital está extraindo o seu trabalho excedente; é o que se chama de sujeição da renda da terra ao capital” (BOMBARDI, 2003, p. 111).

O geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que o capital que implementa o trabalho assalariado no campo e possibilita a mecanização de uma diversidade de culturas é “[...] este mesmo capital [que] desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa”. Ou seja, “isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

O camponês não inclui no preço de venda de sua produção o seu tempo de trabalho. Isso ocorre porque o que está em jogo, do ponto de vista do camponês, não é uma relação economicista. Trata-se de uma mentalidade própria, uma “ordem moral camponesa” (BOMBARDI, 2003, p. 112) distinta da lógica capitalista. Envolve diferentes relações de troca e de apoio mútuo entre os membros de um mesmo bairro rural. Levando em consideração a abordagem geográfica do conceito de território, Bombardi afirma que:

Impossível seria a existência de um bairro rural, que é uma unidade territorial muito específica, a partir da soma - e não da unidade - de agricultores familiares. Neste sentido é que é substancialmente diferente concebermos camponeses ou agricultores familiares quando tratamos com o território como categoria de análise (BOMBARDI, 2003, p. 114).

A própria história da utilização da nomenclatura “agricultura familiar” possui uma intencionalidade

O "conceito" de agricultura familiar, como bem mostrou Fernandes (2001), tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural) durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (BOMBARDI, 2003, p. 114).

Ao debater um trecho do texto do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicado em 1999 durante o governo Fernando Henrique Cardoso que incentiva “[...] o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas” (BRASIL, 1999, p. 1), Bombardi afirma:

Esta visão de agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses – e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas – posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero

extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil (BOMBARDI, 2003, p. 115).

A primeira implicação, diz Bombardi (2003), é a negação da ordem moral camponesa e suas relações específicas. A segunda é que os envolvidos com a proposta de substituição de “camponeses” por “agricultores familiares” não estavam comprometidos com os movimentos sociais que discutem a posse da terra em busca de reforma agrária.

A autora critica o posicionamento de que os camponeses foram extintos e substituídos pela agricultura familiar. Esta visão afirma que os agricultores estaria tão plenamente inserida no mercado que o incentivo governamental era de que desenvolvessem outras atividades além da agrária, desviando o centro do debate sobre o acesso à terra para a ampliação do mercado.

Creio que estão postos pelo menos dois perigos quando da "aplicação" desta visão teórica nas políticas públicas no tocante à questão agrária: o primeiro é imputar uma camisa de força (empresarial) nos camponeses que já estão estabelecidos, o segundo é o refreamento da reforma agrária por não conceberem a continuidade do campesinato, a despeito da atuação de milhares de famílias sem-terra no campo (BOMBARDI, 2003, p. 115).

Bombardi (2003) é contrária, então, à tese de que os agricultores familiares não devem ser mais considerados camponeses e de que os camponeses estariam extintos. Mais do que uma questão semântica, é uma questão de posicionar-se teoricamente dentro da discussão. Portanto, propõe a consideração de que agricultura familiar é também camponesa, com o que estamos de acordo. Isto posto, cabe discutir o tema da reforma agrária.

## 2.5 O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA

As relações capitalistas na agricultura brasileira priorizam o volume de produção agrícola e a concentração de riqueza em poucas mãos em detrimento da miséria da população rural brasileira e da exploração dos elementos da natureza. Diante de tais contradições, Silva (1989) reforça a necessidade da reforma agrária, pautada na redistribuição de terras, como uma proposta de solução para a questão agrária.

E enquanto milhões de hectares de terras férteis e bem localizados são retidos improdutivamente, outros milhões são apropriados à custa de

trambiques e violências por grandes empresas capitalistas [...] Como resultado disso são expulsas do campo, a cada ano que passa milhares de famílias, que não tem para onde se dirigir a não ser às favelas das periferias das cidades. É por isso que a reforma agrária aparece como a única *solução democrática* possível para a questão agrária (SILVA, 1989, p.104).

Oliveira (2001) expôs que o desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma heterogênea sobre o espaço. No Brasil, o sistema tem ainda uma especificidade: seu caráter rentista. Isso acompanha a história do território desde o período colonial:

Isto quer dizer que, no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

O capitalista e o proprietário da terra, no Brasil, são a mesma pessoa. Se isso já estava claro desde o regime escravista, acentuou-se sobremaneira após a segunda metade do século XX. Os militares, alarmados com a possibilidade de reforma agrária que despontava no governo do ex-presidente João Goulart, asseguraram-se de interromper as discussões após instaurarem o regime militar e reafirmaram a garantia do latifúndio.

Assim, a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Para Oliveira (2001), a concentração fundiária é parte constituinte do capitalismo no Brasil, sendo isso sinal de sua especificidade frente a outros países. Utilizando os dados publicados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no “Atlas Fundiário Brasileiro”, em 1996, o autor indica “[...] que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não-produtiva e apenas 28,3% como produtiva” (OLIVEIRA, 2001, p. 187). Esses dados mostram que a concentração de terras, contraditoriamente do que se poderia pensar, se dá para finalidades não-produtivas. As terras são utilizadas pelos capitalistas como “carta na manga” para ter acesso a financiamento bancário e incentivos governamentais.

Tais evidências justificam a importância de discorrer sobre a temática agrária a partir da compreensão de que a terra é um bem da natureza. A sociedade, através das instâncias do Estado, das leis, da sociedade civil e dos movimentos sociais, é que deveria definir como usar essas terras em um processo democrático de decisão. Ou

seja, perceber as contradições e a realidade da questão agrária brasileira a partir do debate político que visa englobar as interfaces ambiental, social e econômica presentes no processo e permitir realizar tentativas de equiparações e justiça no que se diz respeito ao processo de distribuição e acesso à terra.

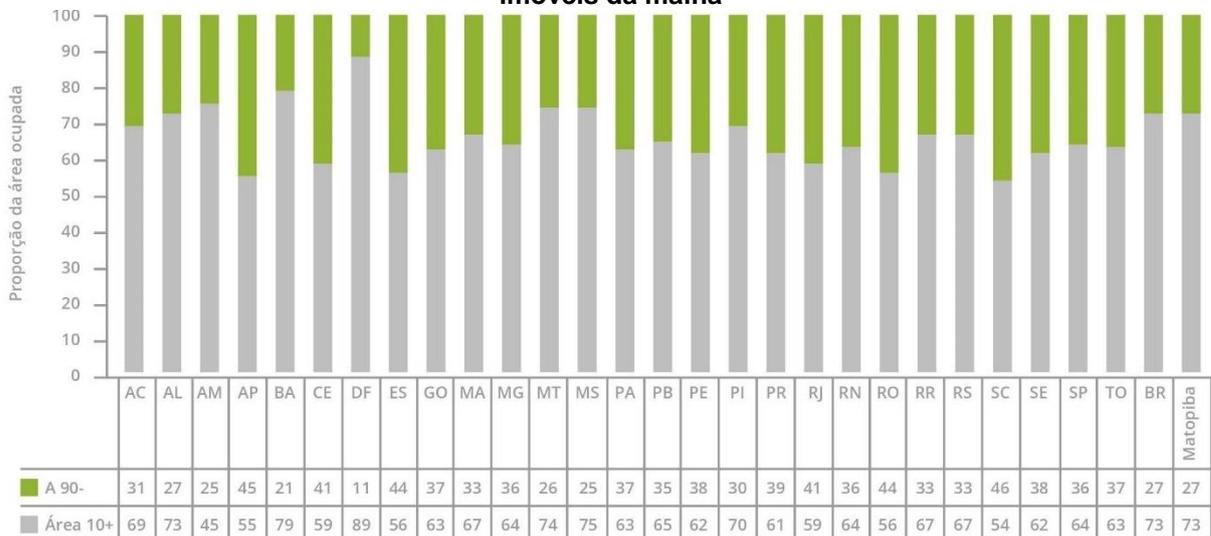
As informações que Silva (1989) e Oliveira (2001) tinham em mãos eram referentes até a década de 1980 e final dos anos 1990, respectivamente. Mas estudos recentes mostram que a desigualdade na distribuição de terras continua muito acentuada:

O estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. Em todos os estados brasileiros os 10% maiores imóveis detêm mais de 50% da área (PINTO et al., 2020, p. 2).

Essa é a informação presente na pesquisa “*Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil – o mapa da desigualdade*” publicada no Sustentabilidade em Debate em 2020.

A figura abaixo (FIGURA 1), retirada da pesquisa mencionada, ilustra em um gráfico esses resultados sobre a proporção da área do território brasileiro ocupado pelos 10% maiores imóveis (em cinza), em comparação com os demais 90% de imóveis (em verde). Fica evidente a disparidade de ocupação, sendo os 10% maiores possuidores de mais 50% das terras em todos os estados e ultrapassando esse valor na maioria deles. Enquanto isso, em estados como a Bahia, os 90% restantes ocupam pouco mais de 20% do território. Já no estado de São Paulo, os 90% menores não chegam a ocupar nem 40% do estado.

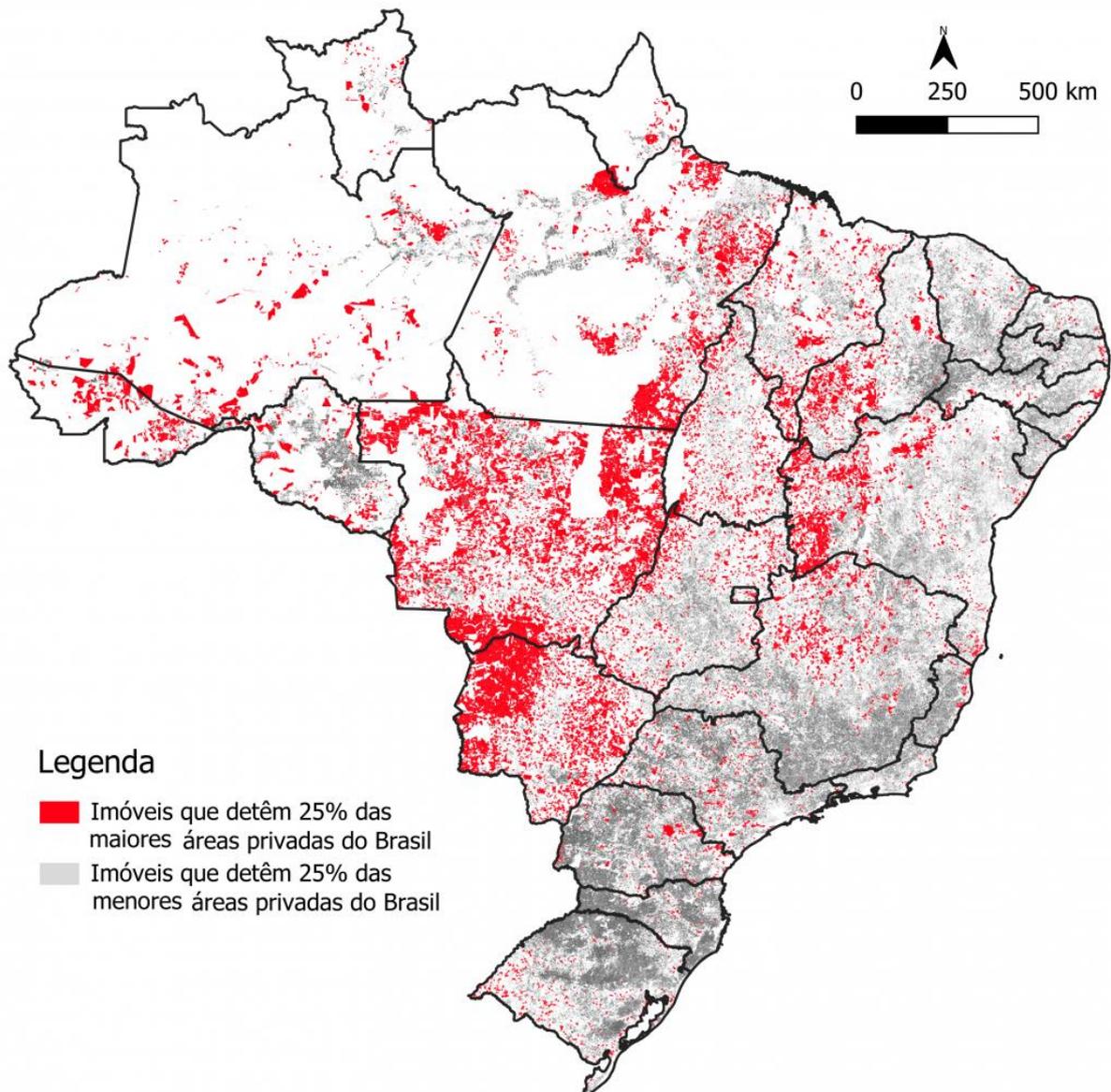
**Figura 1 - Proporção da área ocupada pelos 10% maiores (A10+%) e 90% menores (A90-%) imóveis da malha**



Fonte: PINTO et al., 2020, p. 10.

Ao distribuir geograficamente esses dados em uma representação cartográfica, fica ainda mais evidente a distribuição desigual. O mapa abaixo (FIGURA 2) destaca, em vermelho, os imóveis privados que possuem 25% das maiores áreas em todo o território nacional. Em cinza, estão os imóveis privados com 25% das menores áreas.

**Figura 2 - Mapa de distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil**

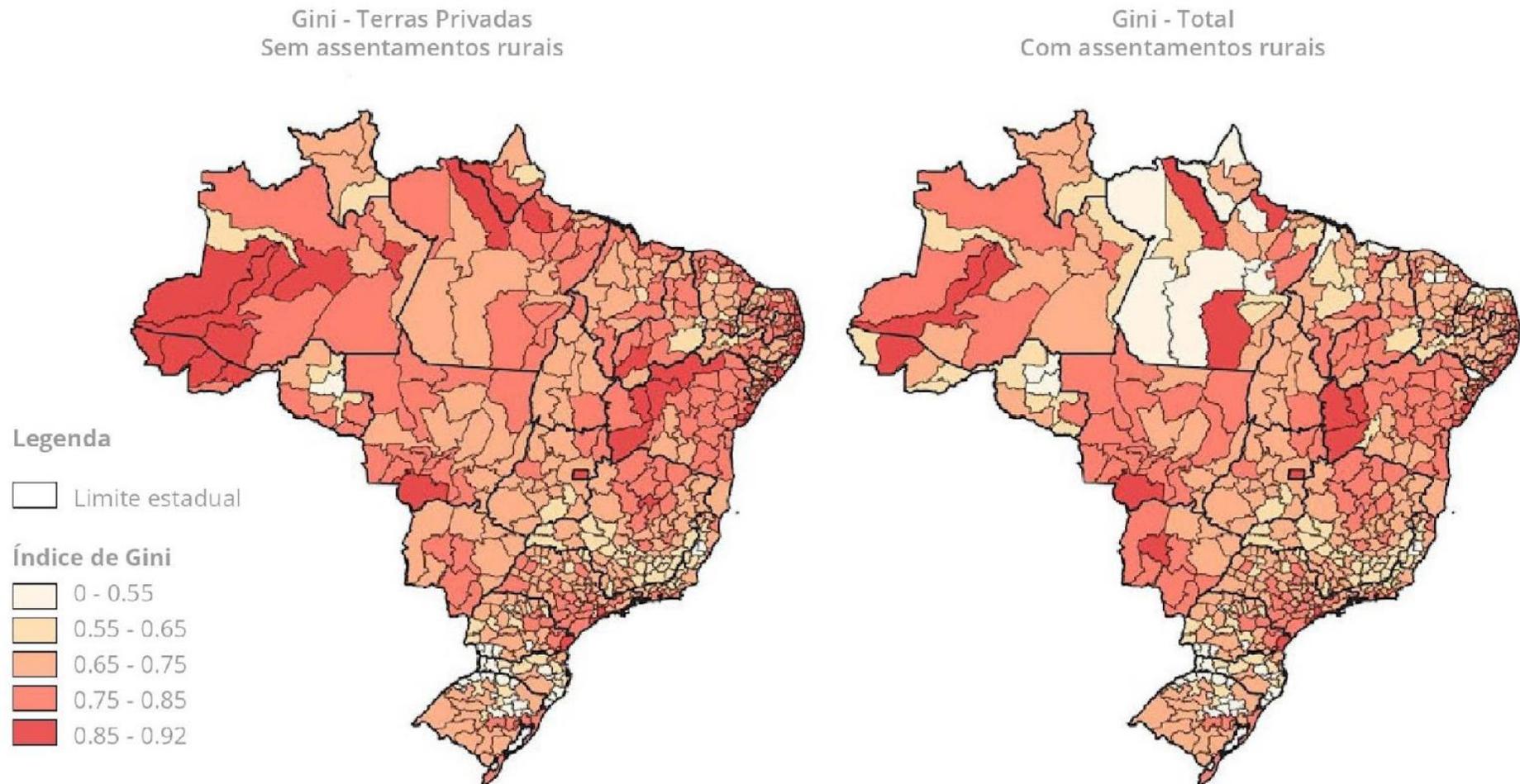


Fonte: PINTO et al., 2020, p. 11.

Apenas 0,3% do total de imóveis privados do país ocupa um quarto de toda a área agrícola brasileira. Esses 0,3% equivalem a 15.686 de maiores imóveis. Para evidenciar o contraste e representar mais 25% da área, foi necessário reunir 3.847.937 de imóveis menores, ou seja, 77% do total (FIGURA 3). Considerando as

terras privadas sem os assentamentos, as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste demonstram maior desigualdade de distribuição. Com os assentamentos rurais, a diferença de resultado apresenta maiores territórios mais próximos do índice zero, ou seja, com menor desigualdade de distribuição de terras, mostrando o impacto dos assentamentos na diminuição da desigualdade territorial.

Figura 3 - Diferença de resultado no índice de Gini considerando as terras privadas sem os assentamentos rurais e o total com os assentamentos rurais



Fonte: PINTO et al., 2020, p. 12.

A distribuição desigual da posse varia entre estados da mesma região, como no caso de uma alta desigualdade no Rio Grande do Sul (Gini 0,73) e uma desigualdade menos intensa (mesmo que ainda alta) em Santa Catarina (Gini 0,63). Todavia é possível identificar variações entre microrregiões dentro do mesmo estado (...) e regiões do país. Destaca-se a maior desigualdade no Centro-Oeste e no Nordeste e uma menor na região Sul. Destaca-se a maior desigualdade no Centro-Oeste e no Nordeste e uma menor na região Sul. Mesmo assim, para todas as regiões, poucos imóveis (17 para a região Norte e 125 para o Centro-oeste) ocupam mais de metade da área dos imóveis da região (PINTO et al., 2020, p. 11).

Os resultados da pesquisa dos autores Luís Fernando Guedes Pinto et al. (2020, p. 15) confirmou que “entre os países líderes do agronegócio mundial, o Brasil desponta como o que apresenta a maior desigualdade da distribuição da posse da terra”. O índice de Gini – que mostra que, quanto mais perto de 1,0, maior a desigualdade – brasileiro fica próximo de 0,8, enquanto países como México, Índia e Indonésia ficam abaixo de 0,6.

A análise dos imóveis rurais de uma malha fundiária geoespacial do Brasil confirmou a alta desigualdade da distribuição da posse da terra do país, mantendo-se o índice de Gini em um patamar próximo de 0,8. No Brasil, o índice de Gini tem se mantido alto e constante ao longo das últimas décadas (Hoffmann e Ney, 2010), a despeito da modernização e significativo aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira. Mesmo com a diminuição da desigualdade de renda e do avanço de outros indicadores sociais que ocorreram na primeira década dos anos 2000 (como diminuição da pobreza e da fome), a desigualdade da distribuição da posse da terra não somente se manteve constante, como atingiu seu maior valor em 2017 (PINTO et al., 2020, p. 11).

De acordo com o que argumentam Esquerdo e Bergamasco (2011), apesar de o Brasil não contar com um reordenamento fundiário significativo e ideal, entendem que o processo de criação dos assentamentos rurais é um elemento fundamental para a transformação da questão agrária brasileira. Desde os anos 1960 os assentamentos rurais são criados a partir de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra em benefício da agricultura familiar, afirmando que os assentamentos fazem parte da realidade rural brasileira.

Mas frente a esse cenário que persiste ao longo da história da ocupação territorial do país, a desigualdade se mantém estável ao passar das décadas. Mesmo os assentamentos que ocorreram após a década de 1990 não foram ainda suficientes para atenuar as disparidades.

A estabilidade da desigualdade no país tem sido explicada pela ineficiente governança de terras e limitada aplicação da política agrária brasileira (Reydon et al. 2015, 2017 e Navarro, 2014). A despeito do grande número de

famílias assentadas nas décadas de 1990 e 2000, a estrutura fundiária brasileira praticamente não se alterou ao longo das últimas décadas (Bergamasco, 2017). Diversos autores enfatizam que o Brasil jamais realizou uma reforma agrária que visasse a distribuição igualitária da posse da terra ou que seguisse os critérios de desapropriação de terras que não cumprissem o seu papel social, como definido na Constituição Nacional e no Estatuto da Terra (PINTO et al., 2020, p. 15).

Nesse sentido, os diversos pesquisadores que se dedicam ao tema agrário brasileiro, com suas divergências e convergências teóricas, metodológicas e ideológicas, se aproximam no pressuposto de considerar a necessidade da reforma agrária a partir da desapropriação e redistribuição das propriedades para promoção da função social da terra.

O país optou por programas de aquisições de terra (Navarro, 2014) e de colonização, destinando terras públicas para assentamentos (principalmente na região Norte), ao invés de desapropriar imóveis improdutivos ou causadores de impactos sociais ou ambientais em regiões com terras mais valorizadas. Foram priorizadas terras da União e processos de regularização fundiária de terras em regiões com documentação mais frágil e não as de titulação antiga e legitimada, mesmo que estas não cumprissem a sua função social. O processo de desapropriação e indenização de proprietários de terras com posse duvidosa passou a ser um negócio rentável para especuladores de terra, que passaram a receber o valor da terra maior do que o vigente antes da sua ocupação e desmatamento (PINTO et al., 2020, p. 16).

Como neste trabalho o nosso foco é realizar uma análise referente a um assentamento rural, é de suma relevância salientarmos as exposições de Esquerdo e Bergamasco (2011) que mostram que, apesar de o Brasil não contar com um reordenamento fundiário significativo e ideal, entendem o processo de criação dos assentamentos rurais como elemento fundamental para a transformação da questão agrária brasileira, onde desde os anos 1960 os assentamentos rurais são criados a partir de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra em benefício da agricultura familiar, afirmando que os assentamentos fazem parte da realidade rural brasileira.

## 2.6 ASSENTAMENTOS

As reivindicações por estabelecimento de políticas agrárias no século XX vinham se fazendo presentes durante os anos finais e logo após o término do regime militar, quando a repressão que pesava sobre os movimentos sociais deu lugar à lenta abertura. Em 1985, deu-se a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), proposição para a Nova República por José Gomes da Silva e Nelson

Ribeiro. Com isso, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) formou equipes para atender às demandas por serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) dos assentados (MOREIRA, 1997; DA ROS; PICCIN, 2012; SANTOS; SILVA, 2020).

O I PNRA era apoiado pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e pelos sindicatos de trabalhadores urbanos. Por outro lado, ao ser encaminhado para o Congresso Nacional, identificou-se que havia dois grupos contrários à proposta: a direita radical, que defendiam a propriedade privada a qualquer custo; e os proprietários rurais que concordavam com essa proposta em questão e exigiam que a desapropriação se desse por pagamento em dinheiro aos donos das terras (SANTOS; SILVA, 2020).

A proposta recebeu intervenção também do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, apesar de organizado há pouco tempo à época, mais precisamente tendo se formado em 1984, já procurava articular-se no centro do debate para fazer valer suas reivindicações.

Mesmo sendo um movimento ainda novo, do ponto de vista orgânico, o MST se coloca neste debate, como uma espécie de “herdeiro” de movimentos camponeses como Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS) e das Ligas Camponesas, e por isto tinha clareza, que a correlação de forças compostas pelo latifúndio e poder econômico, seriam contra qualquer proposta de Reforma Agrária no Brasil para aquela época. Entretanto, se coloca na disputa como forma de se consolidar como movimento social, propondo uma reforma de alta intensidade e fez isto inclusive contribuindo com algumas sugestões para melhorar a proposta. Porém, considerava a proposta do governo muito tímida e sugeriu sua ampliação. Entre outras alterações, o MST sugeriu a desapropriação indistinta de todos os latifúndios e o estabelecimento de um módulo máximo para as propriedades rurais (SANTOS; SILVA, 2020).

As EMATER's (empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural) tiveram curta duração. O I PNRA foi mal sucedido, tendo sofrido muitas modificações em sua proposta original, e a EMBRATER foi encerrada durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990 (DA ROS; PICCIN, 2012). O I PNRA levou a cabo o assentamento de algumas famílias, mas numa proporção ínfima frente ao que era proposto:

Por ter sofrido muitas alterações (12 ao todo) o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária se tornou em algo totalmente contrário do que José Gomes da Silva havia proposto e seus resultados foram uma tragédia. De (1985-1989) foram assentadas apenas 83.687 famílias, cerca de 1% do prometido

(Publifolha, 2005). Para esses assentados foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, (IPEA, 1999) o PROCERA (Programa de Crédito da Reforma Agrária), com o objetivo de garantir investimentos produtivos na terra (SANTOS; SILVA, 2020).

A luta pela reforma agrária continuou nos anos seguintes e esteve presente na Assembleia Constituinte de 1988. O Capítulo III do texto da Constituição Federal regulamenta a política agrícola e fundiária e a reforma agrária.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.  
(...) (BRASIL, 1988).

O artigo 184, introdutório, coloca nas mãos da União o poder de desapropriação de terras, desde que essas não estejam cumprindo a sua função social. Coloca em destaque, então, a “função social” da terra, definida no artigo 186. Antes, porém, define no artigo 185 quais terras não são passíveis de desapropriação.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:  
I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;  
II - a propriedade produtiva.  
Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social (BRASIL, 1988).

Quanto à função social da terra:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:  
I - aproveitamento racional e adequado;  
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;  
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;  
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

Claudinei Lucio Santos e Alex Sandro Possamai da Silva (2020, p. 6) apontam as fragilidades dos artigos presentes na Constituição: “[...] o artigo 185, que apontou as áreas produtivas como insuscetíveis de desapropriação, praticamente anulou o artigo 186”. Assim, os latifúndios, desde que produtivos de alguma forma, ficam isentos da possibilidade de desapropriação pelo Estado.

Em seguida, argumentam que “[...] o artigo 186 que sugere a desapropriação de áreas que não cumprem sua função social, casada com a Lei Agrária de 1993,

abriu um caminho para que Judiciário intervenha nos processos de desapropriação” (SANTOS; SILVA, 2020, p. 6). Havendo essa brecha para intervenção, “[...] o proprietário pode contestar o mérito em diferentes etapas da ação, tendo o juiz o poder de arbitrar sobre despejos, valores de desapropriação, aprovação ou reprovação de relatório de produtividade e outros” (SANTOS; SILVA, 2020, p. 6), dificultando que ocorra a desapropriação efetivamente.

Por conta disso, Oliveira (2001) afirma que há uma aliança política entre o Estado, os capitalistas e os proprietários de terra, não sendo, no Brasil, a concentração de terras um impedimento ao desenvolvimento do capitalismo, mas sim uma forma específica em que capitalistas tornam-se proprietários. Portanto, não era interesse dos representantes da burguesia na Assembleia Constituinte de 1988 que a questão de terra fosse resolvida por meio da desconcentração.

No Brasil, esta aliança fez com que, ao invés de a burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atuasse no sentido de solidificar, ainda mais, a propriedade privada da terra. Foi em decorrência desta mesma aliança que, na Assembléia Constituinte de 1988, o único capítulo da Constituição a ter recebido praticamente a unanimidade dos votos dos representantes dessas elites, foi aquele sobre a Reforma Agrária. Ressalte-se que tal comportamento não ocorreu com relação a outros capítulos da Constituição brasileira. Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve (OLIVEIRA, 2001,186-187).

Na segunda metade da década de 1990 ganharam força os movimentos sociais e sindicais do campo, pressionando o Estado pela assistência aos agricultores familiares, ampliação do acesso à terra agricultável, execução de melhorias de condições de existência e reivindicando direitos para os assentados. Essas lutas envolveram dois massacres de assentados, o primeiro na tentativa de despejo de famílias de terras ocupadas e o segundo na contenção violenta de protestos:

[...] as lutas por reforma agrária foram impulsionadas a partir de uma conjunção de acontecimentos ocorridos no biênio de 1996 e 1997, entre os quais destaca: a) a repercussão nacional e internacional dos dois massacres de trabalhadores sem-terra nos municípios de Corumbiara (RO), em agosto de 1995 e, Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996; b) o aumento exponencial das ocupações de terras; c) o aumento da tensão no pontal do Paranapanema, em São Paulo; d) a realização, pelo MST, da “Marcha Nacional por Emprego e Justiça”; e) a realização de protestos por entidades de apoio ao MST nas viagens do Presidente da República ao exterior (DA ROS; PICCIN, 2004, p. 134).

Como resposta à indignação e pressão pública, o governo Cardoso criou o Ministério Especial de Política Fundiária (MEPF), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, dentro dele, o Projeto Lumiar. Conhecido como o primeiro projeto de assistência técnica e extensão rural (ATER), o Projeto Lumiar foi criado em 1997 com o objetivo de garantir condições técnicas aos assentamentos e assentados (DA ROS; PICCIN, 2004). O projeto tinha como intenção:

o desenvolvimento das famílias assentadas; a consolidação dos projetos de assentamento e sua inserção no Município ou região como unidade de produção competitiva, geradora de renda e emprego; suprir a necessidade de assistência técnica e a capacitação das famílias assentadas, no que diz respeito à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização, criação de animais e introduzir novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentados (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004, p. 82).

Certamente o Projeto Lumiar foi a mais importante iniciativa de ATER criada após o fim da EMBRATER. Tinha como foco a assistência das demandas dos assentados e uma organização descentralizada que buscava uma atuação democrática no campo. Em 1999, o projeto contava com 1267 técnicos, os quais eram responsáveis por 100 mil famílias, das quais 40% residiam na região Nordeste do país. Isso demonstra a magnitude que o projeto tomou. Entretanto, um escândalo de desvio de verbas envolvendo alguns técnicos do projeto fez com que o governo o desativasse, alegando mal funcionamento.

Ainda que as denúncias tenham sido graves, não eram suficientes para justificar o fim abrupto do projeto, como se apenas isso já solucionasse o problema da corrupção interna. Obviamente, os maiores prejudicados disso foram os assentados:

Como resultado da interrupção do projeto Lumiar, em 2000, os assentamentos rurais ficaram completamente desassistidos pelo governo federal que não propôs alternativas para substituí-lo. Todas as ações de ATER posteriores ao término do Lumiar foram pontuais e passaram a ser executadas pelas mais diversas instituições credenciadas junto ao INCRA. Entre estas ações destacaram-se, principalmente: a) contratação de serviços para elaboração dos PDA's; b) o repasse da elaboração dos projetos de crédito para as EMATER's e empresas privadas de ATER tradicionais; c) a proposição da inserção de profissionais das ciências agrárias no interior dos assentamentos, na condição de "técnico assentado" (PEREIRA, s/d). Para as famílias assentadas a conjuntura do fim do LUMIAR significou a interrupção de um tipo de ATER que, apesar dos problemas e limitações, representava maiores possibilidades de participação e explicitação das suas demandas (DA ROS; PICCIN, 2004, p. 138).

Da Ros e Piccin (2004) afirmam que, na realidade, o projeto nunca foi totalmente aceito dentro do próprio governo. O próprio Ministério Especial de Política Fundiária (MEPF), ligado à presidência e órgão responsável pela coordenação do Projeto Lumiar, não se mostrava totalmente favorável (DA ROS; PICCIN, 2004). Em seguida, o MEPF transformou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 2016 pelo governo Michel Temer.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, tentou-se construir uma “nova” ideia de reforma agrária, voltada para uma lógica neoliberal, descentralizando da ação governamental, retirando das mãos do INCRA e passando para as instituições bancárias:

Com esta nova estratégia a Reforma Agrária entrou para a concepção econômica neoliberal, que o Banco Mundial (NEAD, 2006) impôs para a América Latina nos anos 90. Esta orientação, surge com as críticas feitas pelo Banco sobre os processos de Reforma Agrária desenvolvido com o comando do Estado, alegando forte burocratização e entrave ao pleno funcionamento do mercado fundiário (SANTOS; SILVA, 2020, p. 68).

Teve como resultado a grande burocratização dos processos de assentamento e números inflados que foram divulgados como dados oficiais e que até hoje são contestados como tendo sido manipulados.

Foi nesse contexto de transição dos anos 1990 para o início dos anos 2000 que se deu o processo de regularização do Assentamento Rural Horto Vergel. O cenário político após 2002, com a posse do governo de Luís Inácio Lula da Silva, modificou-se e tornou-se menos restritivo à discussão da política de terras. Nesse momento, os assentamentos que se regularizaram no fim dos anos 1990 começavam a se rearticular e buscar formas de permanência.

No que se refere aos assentamentos do estado de São Paulo e mais precisamente em relação a criação do assentamento que é de interesse nesta pesquisa, precisamos referenciar a lei de nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985 que Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do estado de São Paulo:

**Artigo 1º** - O Estado desenvolverá planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários, para:  
I - promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras que se encontrem ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente, com uso sustentável e capaz de operar segundo padrões tecnológicos apropriados;  
II - criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência. (SÃO PAULO, 1985)

Os recursos fundiários das áreas de domínio do estado destinadas para consolidação dos assentamentos rurais ficam vinculados ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP que por meio de seus servidores públicos, fica responsável pelo processo de cadastro, seleção e acompanhamento.

Através da extensão rural orientam os beneficiários que conseguiram o acesso e a permissão de uso terra no tocante ao cultivo da terra, em especial, incentivam práticas que evita o esgotamento do solo e a erosão no intuito de garantir a produção de alimentos, a ocupação estável e a participação dos assentados nas tomadas de decisões e execução dos planos públicos com a finalidade de aproveitar e valorizar os recursos fundiários do Estado e sua destinação para a reforma agrária por meio da criação de assentamentos rurais.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGEM, PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS QUE AUXILIAM NA INTERPRETAÇÃO DA COMPLEXIBILIDADE SOCIAMBIENTAL DO ASSENTAMENTO RURAL**

Esta pesquisa toma como objetivo a produção de uma caracterização do Assentamento Rural Horto Vergel, destacando suas características ambientais (hidrografia, solo e área de floresta), sociais (usos da terra, infraestrutura e qualidade de vida) e econômicas (atividades agrícolas e não agrícolas), visando contribuir com a identificação das potencialidades, fragilidades e possibilidades do território.

Neste local, evidenciam-se diversos potenciais para o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de alimentos, ao lazer e ao turismo. Portanto, a perspectiva de análise pensada para este trabalho leva em conta a identificação de articulações entre as atividades agrícolas e não agrícolas, com o pressuposto de que diversos usos podem ser responsáveis em dinamizar o território e movimentar os sujeitos que constroem diariamente suas relações no cotidiano do ambiente rural.

Para Gil (2007), um estudo de caso consiste em uma pesquisa de aprofundamento sobre um objeto específico, buscando suas nuances com o propósito de “[...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2007, p. 54), produzir um detalhamento e “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” (GIL, 2007, p. 54). Yin afirma que os estudos de caso contribuem para se entender processos organizacionais de fenômenos individuais, vistos como objetos complexos (YIN, 2001). Dessa forma, pode existir uma possibilidade de complementariedade entre as atividades que nos levaram a compreender o assentamento como um estudo de caso:

- a agricultura que mantém a função social da terra, devendo favorecer o bem-estar da população e das famílias, manter níveis satisfatórios de produtividade, assegurar a conservação dos recursos naturais e justas relações de trabalho (BRASIL, 1964) com o intuito de ser suporte para a produção de alimentos e segurança alimentar;
- o turismo, que é definido por atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, para fins recreativos ou de negócios (MARQUES; RIBEIRO, 2017), onde a partir da valorização dos

elementos naturais e culturais do território pode atrair infraestrutura e valorizar as habilidades da população local;

- e o lazer que, em concordância com as considerações de Trigo (1995), é uma necessidade e um direito legítimo do ser humano, pois envolve aspectos os lúdicos imaginativos e criativos, nas áreas da diversão, cultura, esportes, artes, podendo assim resgatar o pertencimento e otimizar o tempo livre dos moradores.

Vislumbra-se a utilização e intersecção de três procedimentos principais para relacionar os objetivos do trabalho a um diagnóstico rural participativo a comunidade, conforme apontado por Kummer (2007): história da comunidade; análise de dados secundários e mapeamento dos elementos naturais, sociais e de infraestrutura. Para isso, o contato com o assentamento deu-se por meio de trabalho de campo. No trabalho ou estudo de campo “[...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo” (GIL, 2007, p. 53). Seu procedimento ocorre da seguinte maneira:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2007, p. 53).

Em suma, para a realização desta investigação adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e revisão bibliográfica para compor a parte teórica do trabalho; estudo de campo para entender a realidade do Assentamento; Roda de Conversa com as lideranças do Assentamento, sendo os participantes identificados como: “liderança A; 51 anos”; “liderança B; 64 anos” e “liderança C; 70 anos”. Desta maneira, a análise dos dados coletados a organização da pesquisa se deu nas seguintes etapas: interpretação de informações geográficas; análise do material resultante do levantamento de reportagens e notícias; detalhamento das informações encontradas em trabalho de campo; e escuta de relatos dos moradores sobre os temas que cercam o assentamento. A seguir, essas etapas serão melhor detalhadas quanto a como se deu o seu desenvolvimento.

Para elaborar o mapa de localização do assentamento, foi feita a interpretação das informações geográficas do território com base no geoprocessamento por meio da vetorização da imagem de satélite do Google Earth, datada do ano de 2019, e do levantamento topográfico cadastral de lotes elaborado em 2009 pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim-SP. Os dados geográficos foram articulados com esses materiais de base, para isso foram realizadas pesquisas em fontes oficiais de dados espaciais para a construção e manipulação de um banco de dados geográficos estruturado em um sistema de referencial de coordenadas SIRGAS 2000/UTM zona 23S a partir do software de Sistema de Informações Geográficas (SIG) (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013; CÂMARA, 2014; BOSSLE, 2015).

Utilizou-se a ferramenta QGIS 3.4 com o intuito de gerar materiais cartográficos como parte do processo de caracterização socioambiental: mapa de uso e ocupação da terra (classificação visual por meio da digitalização em tela, considerando as seguintes classes: agricultura de curto período; agricultura de longo período; pastagem; lagos, represas e açudes; matas e edificações); mapa de identificação da Área de Preservação Permanente-APP com base no Código Florestal, por meio do tratamento das informações relacionadas aos cursos das águas, rios principais e nascentes por meio da digitalização pontual; Mapa de indicadores socioeconômicos de qualidade de vida por meio da Integração de dados tabulares do setor censitário disponível no site do IBGE (CÂMARA, 2014; BOSSLE, 2015).

Fez-se, no assentamento, a realização de um trabalho de campo durante o mês de maio de 2019 com o intuito de obter um primeiro contato com a dinâmica local para compreender o panorama histórico das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no território, bem como os desafios atuais e as perspectivas futuras. As informações foram registradas em anotações manuscritas e fotografias. Este primeiro levantamento foi realizado por meio do diálogo e da escuta a partir da criação de espaços de comunicação horizontal com as lideranças locais no intuito de integrar o projeto; valorizar a percepção dos sujeitos e a história dos que vivem no assentamento por meio da relação das partes com o todo.

Realizou-se o trabalho de campo com roteiro de pesquisa participativa com algumas lideranças dos assentados para inserir a comunidade local como parte do processo e de caracterização socioambiental e, com isso, construir um banco de dados com a percepção dos moradores do assentamento para subsidiar a construção

coletiva de um material cartográfico referente à realidade e às perspectivas relacionadas as atividades agrícolas e não agrícolas dos lotes e mapear os principais elementos naturais e culturais que marcam o território. Nesse momento, fez-se uma coleta de relatos dos moradores com os temas de interesse socioambiental e de seus cotidianos que surgiram.

Com o auxílio do advogado Ernani Luiz Donatti Gragnanello, organizador de um acervo com recortes de jornais sobre o Assentamento Rural Horto Vergel desde seu início, fez-se o levantamento de informações contidas em reportagens e notícias. Por meio da consulta em jornais locais pode-se compreender o histórico e a realidade referente às atividades já desenvolvidas e em desenvolvimento no assentamento. O acervo em questão se encontra na sede do Partido dos Trabalhadores (PT) da cidade. Uma dificuldade que se encontrou ao consultar esse acervo foi o fato de se tratarem de recortes, e não os jornais completos com as notícias. Dessa forma, a maioria dos jornais não possuía o número da página e, às vezes, sequer dados sobre a publicação que fossem além do título do jornal. Esse material não se encontra disponível online e não foi possível verificar outros acervos para comparar e resgatar os dados faltantes.

Foram tomados os cuidados necessários ao se tratar tanto dos documentos históricos escritos, ou seja, os recortes de jornais, quanto ao se coletar os relatos dos assentados, concordando com o alerta da pesquisadora Margarida Maria Moura:

O compromisso de quem se dedica a pesquisar o campesinato é o de compreender as relações sociais reais por ele vivenciadas. Para que esta tarefa seja desempenhada é preciso que a atitude do pesquisador se manifeste tanto no zelo e na minúcia com que se reúnem informações sobre as representações e práticas camponesas, como também em interpretações que contenham essas relações reais, para que a análise não se transforme num exercício vazio e formalista (MOURA, 1986, p. 70-71).

Entendemos “documento” no sentido amplo, ou seja, não nos restringimos aos documentos oficiais emitidos por órgãos governamentais ou registrados em cartório. Documento, dentro da concepção historiográfica que utilizamos, compreende uma ampla gama de materiais, desde os textos escritos já comuns na noção, até a imagens, registros orais e objetos. Nas palavras de André Cellard (2012, p. 296), “[...] tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado documento ou ‘fonte’, como é mais comum dizer atualmente”.

Diante disso, alguns registros foram organizados no Quadro 1 para apresentar informações importantes para a reflexão incitada com proposta desta pesquisa de mestrado. Cabe ressaltar que os registros encontrados estão na escala temporal entre

os anos de 1987 (marca a primeira tentativa de ocupação das terras, onde hoje é o assentamento) até o ano de 2019 (o mais próximo ao período atual), retirados dos jornais O Impacto, A Comarca e O Popular, todos de Mogi Mirim.

**Quadro 1:** Notícias de Jornais locais impressos sobre o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas no assentamento Rural Horto Vergel

DATA/ANO	TÍTULO/INFORMAÇÃO	FONTE
16 de junho de 1987	"Famílias ocupam o Horto de Vergel e querem produzir. A intenção é que as famílias formem cooperativas."	Fonte: O Impacto
25 de junho de 1987	"Sem-terra começam a plantar no horto do Vergel."	Fonte: O Impacto
21 de janeiro de 1988	"Sem-terra colhem arroz, mas não sabem o destino do grupo."	Fonte: O Impacto
20 de abril de 1999	"Assentados inauguram mini destilaria de produção de óleo de Eucalipto."	Fonte: O Impacto
18 de setembro de 1999	"Sem-terra cumprem acordo e doam colheita de mandioca."	Fonte: A Comarca
03 de fevereiro de 2002	"Horto diversifica trabalhos."	Fonte: O Impacto
14 de abril de 2002	"Fundação analisa parceira orgânica com o Assentamento Vergel."	Fonte: O Impacto
16 de julho de 2005	"Vergel conquista Mogi Mirim com produtos naturais. Horta coletiva é o objetivo."	Fonte: A comarca
17 de julho de 2006	"Vergel recebe atividades esportivas e de lazer."	Fonte: A comarca

25 de maio de 2013	“Marias agora querem ganhar o Brasil; após aparecer na tv grupo de mulheres planejam crescer e vender produtos orgânicos.”	Fonte: O Popular
10 de setembro de 2014	“Associação do Horto Vergel recebe verba para projeto ambiental: sistemas agroflorestais.”	Fonte: O Popular
27 de agosto de 2014	“Horto Vergel vai virar atração turística.”	Fonte: O Popular
16 de setembro de 2017	“É uma discriminação, diz moradora do Vergel: munícipe cobra mais atenção com assentamento abandonado.”	Fonte: O Popular
31 de março de 2018	“Cooperativas ganham galpão para melhorias na produção: CooperVel recebe balança eletrônica e equipamentos para beneficiar os trabalhadores rurais.”	Fonte: O Popular
22 de fevereiro de 2019	“Vergel agoniza com a falta de estrutura.”	Fonte: O Popular

**Fonte:** Pesquisa do autor com base no acervo histórico, 2020.

Assim, os recortes e os relatos são, ambos, documentos e testemunhos da história do assentamento (CELLARD, 2012). A síntese desses relatos foi apresentada nos resultados. Associados aos demais dados geográficos informados, elaboramos uma caracterização que agrega tanto os elementos físico-naturais quanto os elementos humanos. Buscar tais evidências possibilita o olhar para o ambiente, para a sociedade e para a economia.

A questão do acesso e uso da água foi um dos tópicos que se mostrou relevante e se destacou ao longo da realização desta pesquisa, tanto na literatura quanto nas falas dos assentados. Portanto, optou-se por incluir como um tópico nos resultados, na intersecção entre a caracterização dos elementos físico-naturais e os histórico-sociais, uma vez que a água é uma problemática que pertence aos conflitos socioambientais.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA: ASSENTAMENTO RURAL HORTO VERGEL

Diante de todo o panorama apresentado, destaca-se a necessidade de análises de territórios que apresentem uma importante função social e ambiental, como ocorre com os assentamentos. Este é o caso do Assentamento Rural Horto Vergel, o qual está localizado entre os limites municipais de Mogi Mirim e Itapira, ambos situados no

interior do Estado de São Paulo, conforme o mapa da Figura 4. Em destaque, está a porção territorial que compreende o assentamento em imagem de satélite. Em detalhe, a localização do assentamento nos municípios de Mogi Mirim e Itapira e a localização dos municípios no Estado de São Paulo.

A 10 quilômetros do centro de Mogi Mirim e 15 quilômetros do centro de Itapira, o assentamento ocupa uma área total de 1216,031 hectares<sup>4</sup> (GUERRERO, 2009), dos quais 811 hectares (66,7%) destinados para loteamento, que estão divididos em 90 lotes de aproximadamente 8,5 hectares cada (FIGURA 5). Além da Reserva Florestal Legal dentro do perímetro, “[...] os espaços comunitários do assentamento ocupam 20 ha, 1,6% da área total, e o restante encontra-se como estradas (12,85 ha) e cascalheira (11,86 ha)” (MIRANDA, 2008, p. 22).

As pesquisas e os dados fornecidos pelo ITESP contabilizam que o assentamento abriga atualmente 90 famílias, as quais foram contempladas durante a regularização do assentamento (GUERRERO, 2009). Em publicações mais antigas, entretanto, incluindo canais de comunicação próprios do assentamento nas redes sociais<sup>5</sup>, indicam que a formação inicial do assentamento se deu com cerca de 250 famílias que passaram a viver no local em 1997.

Luca (2002) apresenta ainda outro número: “Com a divisão dos lotes, cerca de 45 famílias que já tiveram seus terrenos destocados” (LUCA, 2002, p. 15). Ou seja, houve, desde então, um decréscimo da quantidade de famílias assentadas, havendo hoje mais de 150 famílias a menos. A explicação para isso é a própria pesquisadora quem nos fornece:

Devido às dificuldades impostas pelas condições de vida, trabalho e sustento, como também ao processo seletivo realizado pelo ITESP, boa parte dessas famílias foram deixando o Vergel durante esses três anos. No final de 1998 eram 112 famílias, em 1999, 96 e no fim de 2000, 80 famílias assentadas. Essa evasão de pessoas é um fato comum nas ocupações dos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Essas pessoas desistem no meio do percurso dadas as difíceis condições de vida em uma ocupação: a fome, o frio, a chuva, a falta de condições para o trabalho, a ausência de uma formação para o convívio em coletividade, a ausência de qualquer tipo de conforto... Os períodos vivendo nessas condições podem ser muito longos. Nem todas as pessoas estão preparadas para enfrentar esse tipo de situação. Embora

---

<sup>4</sup> O número exato de hectares varia de referência para referência. Miranda (2008) informa 1216,031 ha; Guerrero (2009) informa 1212,72 ha; o Decreto n. 45.083, de 31 de julho de 2000 informa 1020,70; e o site do ITESP informa 1.217,81. Essas diferenças podem se dar a depender a forma dos instrumentos utilizados para medição, os quais não são informados pelos autores. Entretanto, são números são bastante próximos entre si.

<sup>5</sup> A informação consta na biografia da página do Assentamento Rural Horto Vergel na rede social Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=horto%20vergel>. Acesso em: 18 maio 2022.

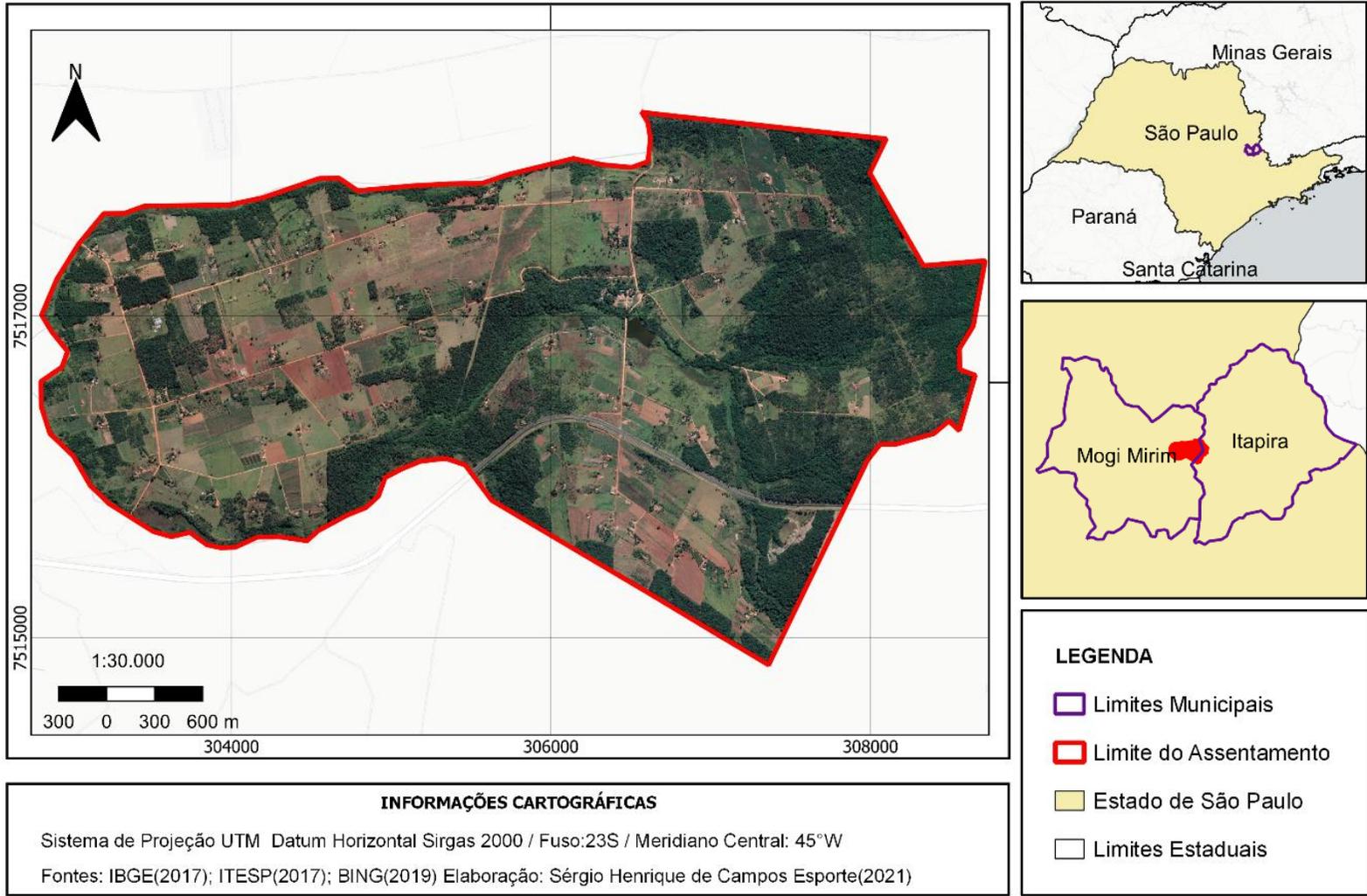
atualmente o número oficial de famílias do Assentamento seja de 79, há um movimento que demonstra o crescimento de agregados às famílias assentadas, já que com a distribuição dos sítios para a produção, essas famílias começam a trazer seus filhos, irmãos, parentes em geral para juntar esforços no trabalho. Essas pessoas agregadas, embora não tenham “a posse da terra” se integram plenamente ao trabalho junto aos seus, à dinâmica e ao convívio do Assentamento de Vergel. Para muitas pessoas, esse é um processo de aproximação com uma nova forma de vida: o trabalho no campo (LUCA, 2002, p. 13-14).

No Decreto n. 45.083, de 31 de julho de 2000, documento que “[...] autoriza a Fazenda do Estado a receber da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, mediante órgão em pagamento, os imóveis que especifica, situados em Municípios do Estado”, o Horto Florestal Vergel está na 50ª posição no número de ordem, com 1030,70 hectares em Mogi Mirim e com valor de R\$ 7.862.621,60 (SÃO PAULO, 2000).

Ainda que não tão extensa, encontra-se uma bibliografia variada sobre o Assentamento Rural Horto Vergel desde 2002. Os trabalhos existentes variam desde a construção das identidades dos assentados como sujeitos e da identidade social do grupo como um todo, em contraste com os habitantes das cidades em que se situam (LUCA, 2002); até a trabalhos que se preocupam com o manejo hidrográfico e uso da água como recurso natural pelo assentamento (BARBOZA, 2011).

Figura 4 - SEQ Mapa \\* ARABIC 1: Mapa de Localização da área de estudo

**LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL VERGEL**



Fonte: Próprio do autor, 2020.

Figura 5 - Mapa do Assentamento Rural Horto Vergel com as divisões dos 90 lotes



Fonte: BARBOZA, 2011, p. 100.

Esses trabalhos, fundamentais para se compreender o desenvolvimento e atuais especificidades do assentamento, trazem desde características de interesse social até a dados físico-naturais para melhorar a implantação de técnicas agrícolas, por exemplo. O que não fazem, entretanto, é fornecer uma caracterização que abarque os elementos sociais e naturais de uma vez, o que poderia permitir uma visão mais ampla das potencialidades e fragilidades do assentamento. É nesta lacuna que este trabalho se elabora.

## 4 RETRATO DO ASSENTAMENTO: HISTÓRIA, AMBIENTE E SOCIEDADE

Na propositura de apresentar os resultados, organizamos esta seção a partir da reunião, tratamento e articulação das informações e dados que conseguimos no processo de desenvolvimento da pesquisa. Consideramos as questões histórica e as dimensões ambiental e social como primordiais para conseguir iniciar um processo de caracterização do território. Cabe ressaltar que a caracterização do assentamento não se esgota aqui, uma vez que as informações coletadas e analisadas possuem a intencionalidade de fornecer um panorama das atividades desenvolvidas no território, dos usos e ocupação da terra e das características da natureza e um esboço das características sociais. Tais resultados apresentados nos próximos tópicos podem servir de subsídios para uma compreensão mais fiel e articulado do território, bem como fomentar futuras tomadas de decisões.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS FÍSICO-NATURAIS DO TERRITÓRIO

Quanto a sua localização geográfica, o Assentamento Rural Horto Vergel está localizado na região leste do Estado de São Paulo, na zona rural dos municípios de Mogi Mirim e Itapira. Pertence à Região Metropolitana de Campinas (RMC). Está a cerca de 250 quilômetros do litoral paulista mais próximo e a 30 quilômetros da cidade Monte Sião, em Minas Gerais, a qual faz divisa com a cidade de Itapira.

Para se chegar ao assentamento, uma “[...] das principais vias de acesso é pela rodovia Engenheiro João Tosello (SP147), que faz ligação entre Mogi-Mirim e Itapira, na altura do km 50” (MIRANDA, 2008, p. 19). Apesar de estar dividido entre os dois municípios, a maior parte do assentamento pertence ao território de Mogi Mirim:

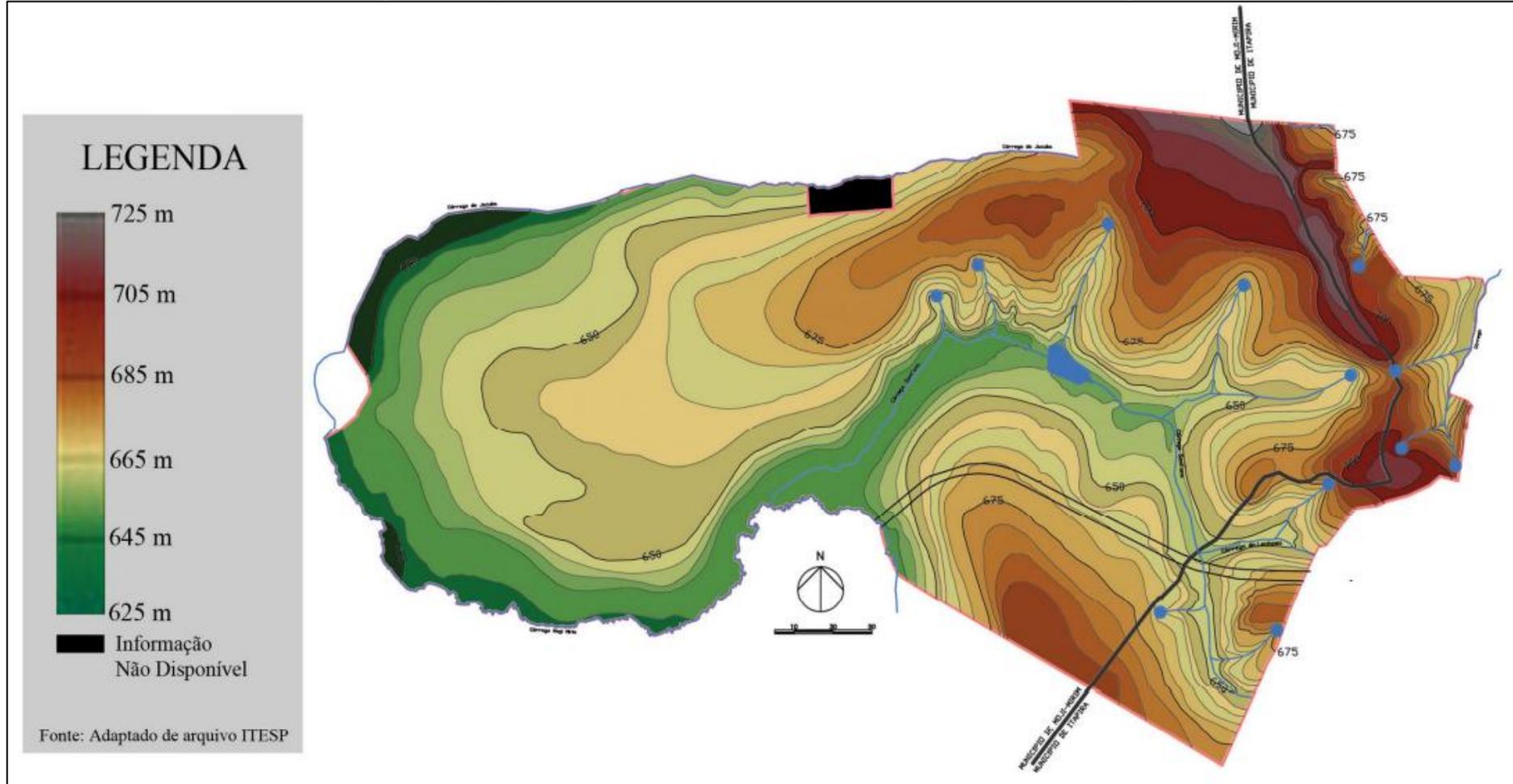
O município de Mogi – Mirim encontra-se a 160 km da cidade de São Paulo e a 60 km do município de Campinas, e possui a seguinte localização geodésica: Latitude (S) 22°31´ e Longitude (O) 46°57´. A altitude média é de 588 metros acima do nível do mar. Tem como municípios limítrofes Mogi-Guaçu, Estiva Gerbi, Espírito Santo do Pinhal, Itapira, Santo Antônio de Posse, Arthur Nogueira, Engenheiro Coelho e Conchal (MIRANDA, 2008, p. 19).

Apresenta as condições climáticas do tipo clima mesotérmico de inverno seco (Cwa), segundo a classificação de Köppen-Geiger, e clima tropical quente e úmido com chuvas de verão, segundo a classificação de Edmon Nimer. Os ventos são do

quadrante leste a sul, segundo dados referentes à RMC. Com relação ao relevo, a maior parte do território apresenta baixa declividade – declive suave ondulado de classe B – em quase 40% da área. A menor altitude do território é de 625m no oeste de seus limites e a maior altitude é de cerca de 725m (FIGURA 6).

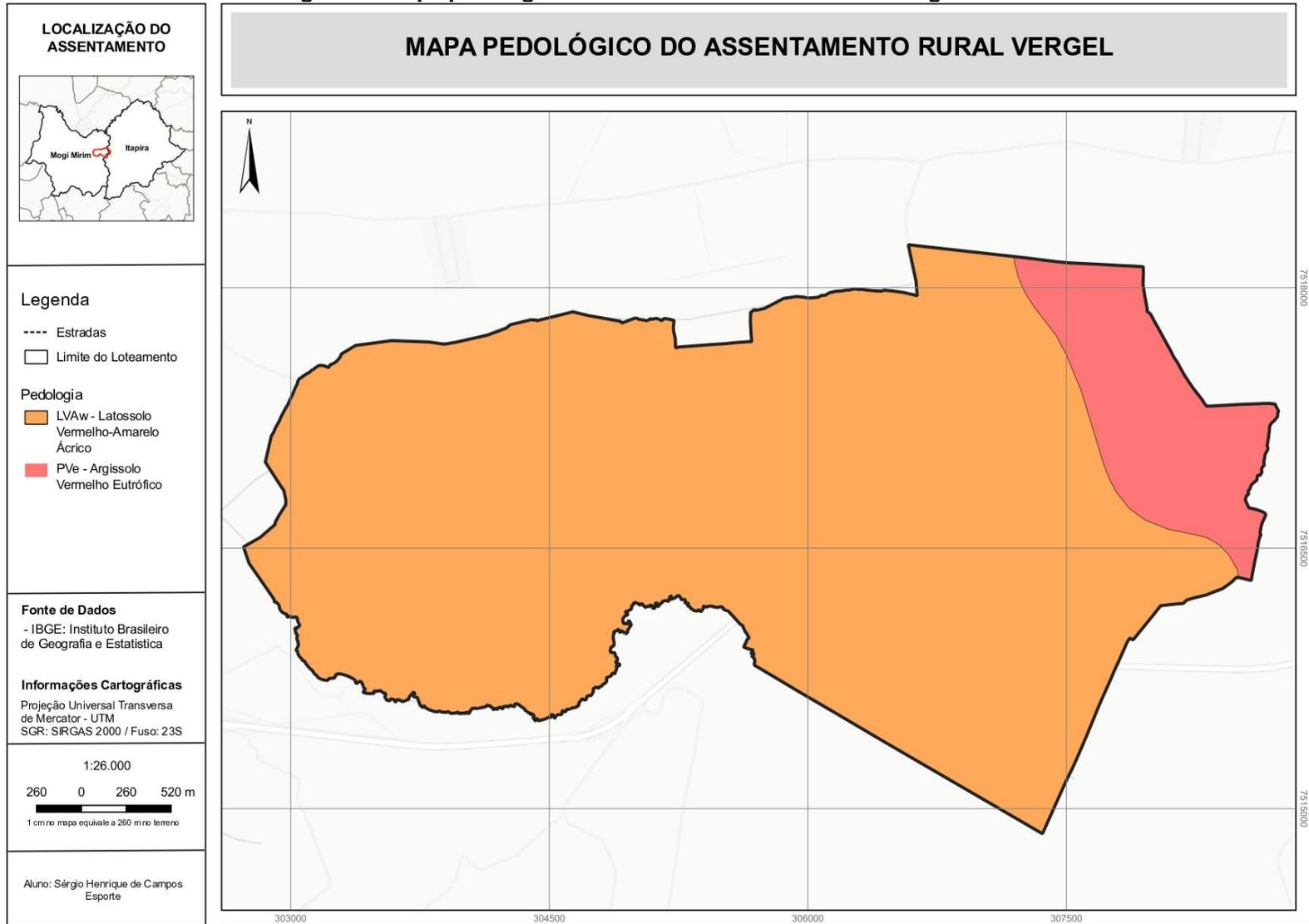
No que se refere à pedologia (FIGURA 7), o território é composto por quatro tipos de solos: “(1) Latossolo Vermelho LE 17 (38,60%); (2) Argissolo Vermelho-Amarelo PVA 92(30,52%);(3) Argissolo Vermelho-Amarelo LVA 45 (24,12%); (4) Latossolo Vermelho-Amarelo LV 58(6,76%)” (BARBOZA, 2011, p. 92). A fertilidade dos solos é de baixa a média e propensos à erosão. A capacidade de uso do solo apresenta 43% de limitações severas, necessitando de práticas conservacionistas, e 39% com características de limitações para culturas anuais por conta da alta erodibilidade.

Figura 6 - Mapa de altitudes do território do Assentamento Rural Horto Vergel



Fonte: BARBOZA, 2011, p. 287.

Figura 7 - Mapa pedológico do Assentamento Rural Horto Vergel



Fonte: Autoria própria, 2022.

As chuvas são mais intensas de novembro a março, durante o verão, com temperaturas médias em torno dos 22° C. Já os meses de junho, julho e agosto possuem os menores índices de precipitação, durante o inverno, e temperaturas médias mais baixas entre 14° e 16° C (BARBOZA, 2011).

O assentamento está inserido quase totalmente da sub-bacia do Alto do Mogi, pertencente à bacia do Rio Mogi-Guaçu que, segundo a divisão de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), pertence à divisão UGRHI-9. Alguns corpos d'água fazem parte da hidrografia do assentamento, como o Rio Mogi Mirim correndo ao sul, o Córrego Jacuba ao norte e o Córrego Sant'Ana atravessando o território e, em seu interior, há ainda o Lago do Vergel (FIGURA 8).

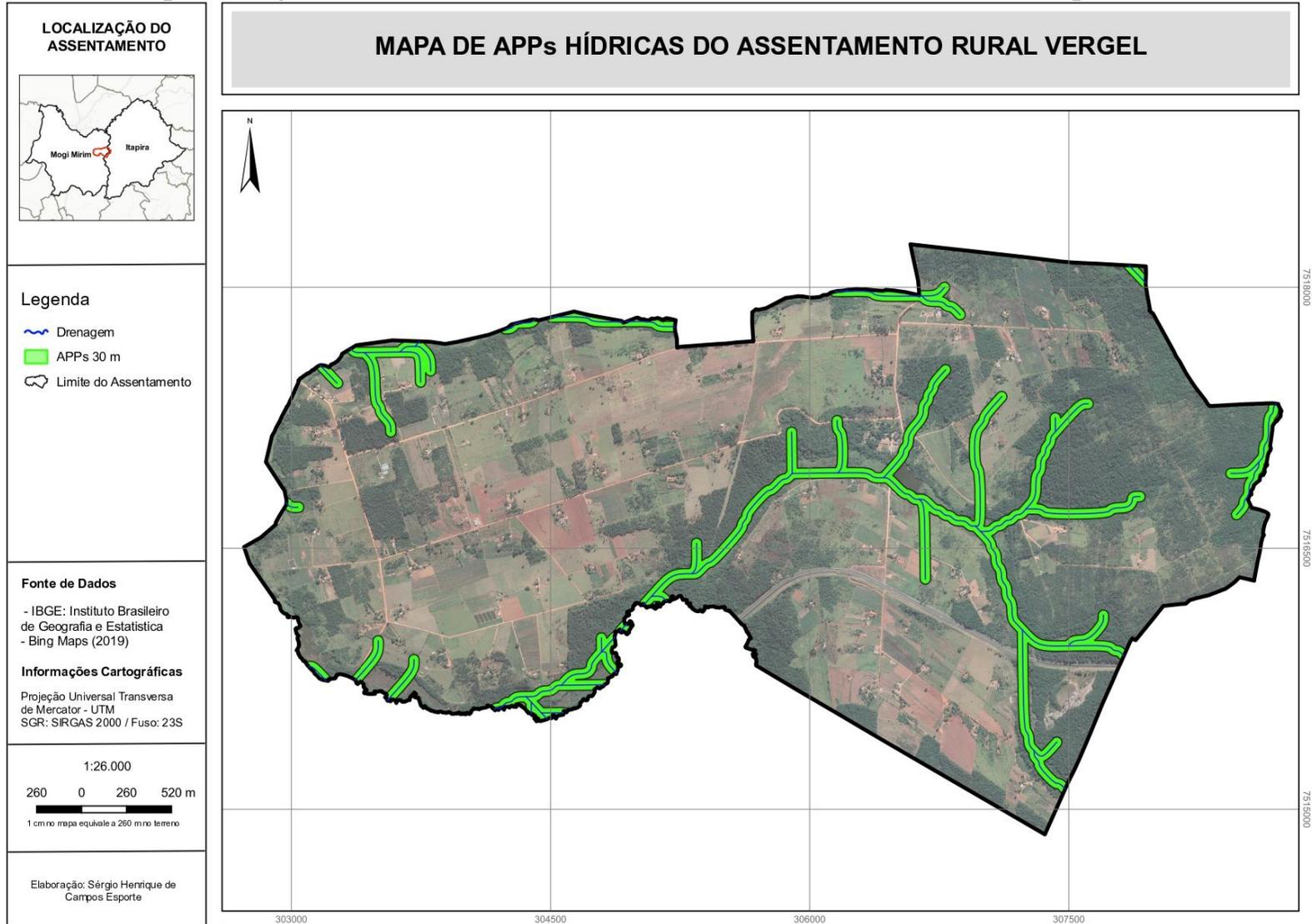
Barboza (2011) relata que as famílias não possuíam abastecimento de água e extraíam água de poços artesianos sem tratamento. A rede de esgoto também não estava disponível e eram utilizadas fossas. “O abastecimento de água aparece como prioridade no PDS do assentamento, destacando a importância da implantação da infraestrutura de água e o quanto esta afeta a saúde das famílias e é limitante para a produtividade” (BARBOZA, 2011, 95).

Por conta disto, este estudo se preocupa também em compreender os dilemas e conflitos que a população do assentamento enfrenta no que se diz respeito ao acesso e utilização da água, bem como compreender quais são os atores que estão relacionados com este conflito. Como se trata de um aspecto conflitivo que assola as famílias do assentamento, a questão da água apareceu nas conversas com os moradores de maneira mais elaborada. Portanto, será melhor explorada nos tópicos seguintes, como um elemento de interesse das problemáticas socioambientais que se apresentaram.

Quanto à cobertura vegetal da sub-bacia do Alto Mogi, estima-se que há apenas 2,58% da vegetação original da região, tendo sido retirada quase por completo durante o histórico de ocupação da área, no que concerne ao desenvolvimento da agropecuária e principalmente da silvicultura nessa porção do Estado de São Paulo.

A baixa fertilidade do solo tem como uma de suas explicações o tipo de produção precedente: “O cultivo intensivo de eucalipto durante anos, enquanto Horto Florestal, degradou os solos, que hoje são suscetíveis à erosão e apresentam desgaste e empobrecimento. Contudo, os solos quando bem manejados podem desenvolver boa produção” (MIRANDA, 2008, p. 22).

Figura 8 - Mapa de recursos hídricos e APP's hídricas do Assentamento Rural Horto Vergel



Fonte: Autoria própria, 2022.

No mapa da Figura 9 expressa como se dá atualmente o uso e ocupação do solo do território do assentamento. A vegetação ocupa a maior parcela do território, considerando a Reserva Florestal Legal (RFL), as áreas de preservação permanente (APP's) e a vegetação não agrícola de modo geral. Em segundo lugar, encontram-se as áreas de pastagem, seguidas da agricultura. O solo exposto ocupa mais de 44 hectares. Por fim, as áreas de edificações (8,52 ha) e de recursos hídricos (5,44 ha) são as menos expressivas.

A Reserva Florestal Legal no assentamento representa 29,62% da área total, ou seja, 360 hectares. Já as áreas de APP's no entorno dos recursos hídricos correspondem a 7,9% do território (apresentadas na FIGURA 8). Há ainda áreas com reservas de eucalipto para serem comercializadas e, em 2009, 81,4% dos assentados faziam uso dos recursos florestais como matéria-prima de alguma forma (BARBOZA, 2011). Uma preocupação que está presente na pesquisa realizada por Barboza (2011) é que, não sendo feita uma extração de maneira correta, esses recursos poderiam se exaurir em médio prazo.

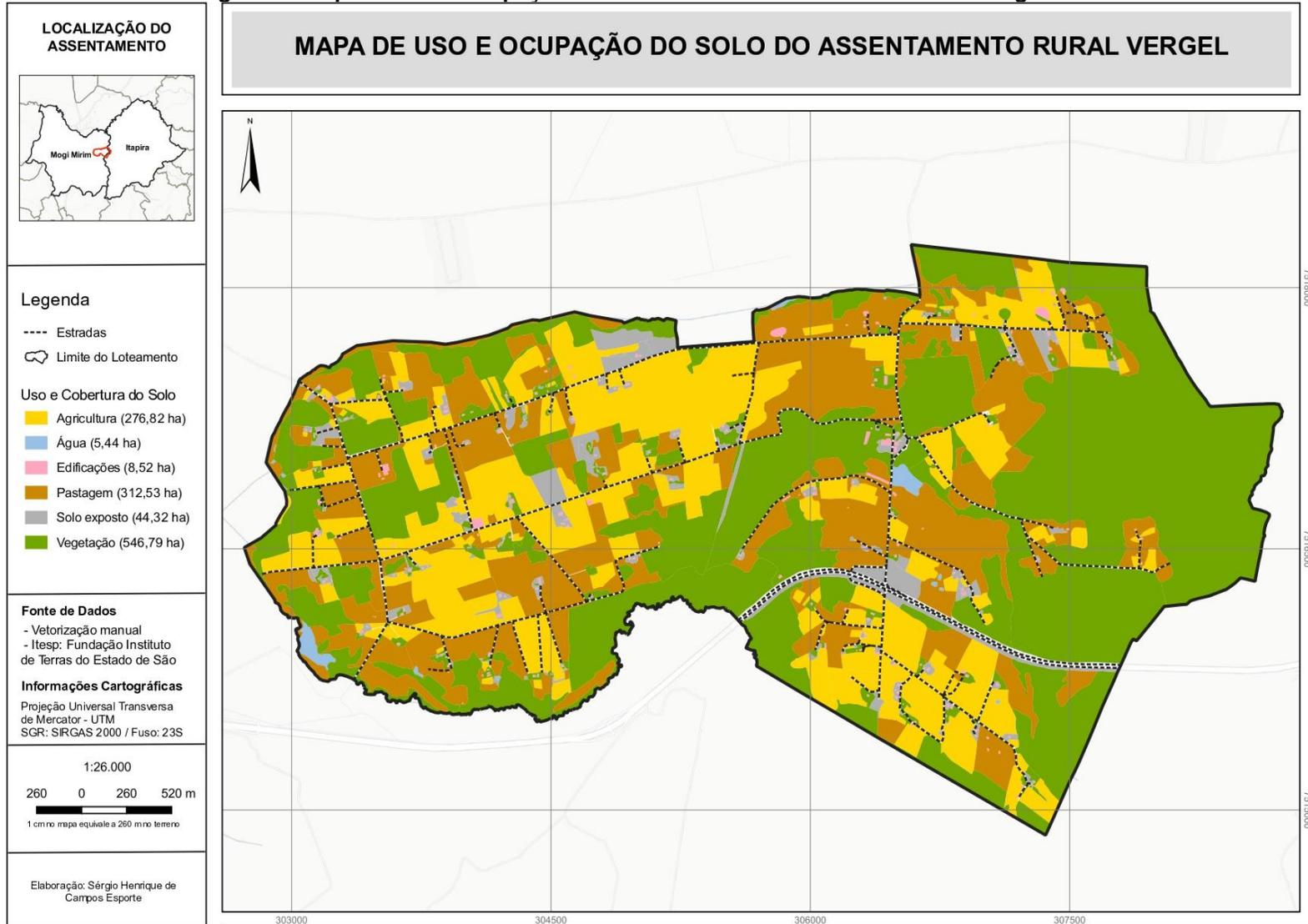
Em 2008, Miranda apontava que os resquícios deixados pela produção de eucalipto eram um problema enfrentado pela população:

Parte das queixas apresentadas pelos assentados foi a inviabilidade de produção pela presença de tocos de eucaliptos nos lotes. Os agricultores esperam ações vindas por parte dos técnicos e órgãos responsáveis para a destoca de suas áreas de cultivo, fato encarado por eles como um problema para produzir. Desta forma, observa-se transferência da responsabilidade pela inexistência ou baixa produção, à situação descrita como precária pela não atuação dos órgãos governamentais na destoca das áreas, conduzindo ao desânimo com o trabalho na terra e conseqüentemente, com a impossibilidade do manejo e cultivo do solo (MIRANDA, 2008, p. 42).

Só em 2021 o site do ITESP (SOUZA, 2021, n. p.) publicou uma notícia de que havia sido iniciada, no dia 10 de março, a retirada dos materiais: “Foi iniciado (...) o serviço de destoca e enleiramento no Assentamento Rural Horto Vergel, no município de Mogi Mirim”. Com isso, o objetivo da ação “[...] é tornar agricultável uma área de 101,9 hectares, que atualmente está ociosa, para beneficiar mais de 50 famílias” (SOUZA, 2021, n. p.). O ITESP explica o funcionamento da operação:

[...] o serviço de destoca no local consiste em arrancar os tocos de eucaliptos que foram cortados e ficaram na terra, impedindo os agricultores de utilizarem o local. O enleiramento consiste em deixar os tocos empilhados em um local para que não fiquem espalhados pela terra. Com o serviço executado os produtores rurais terão mais espaço em seus lotes para cultivar os alimentos (SOUZA, 2021).

Figura 9 - Mapa de uso e ocupação do solo do Assentamento Rural Horto Vergel



Fontes: Autoria própria, 2022.

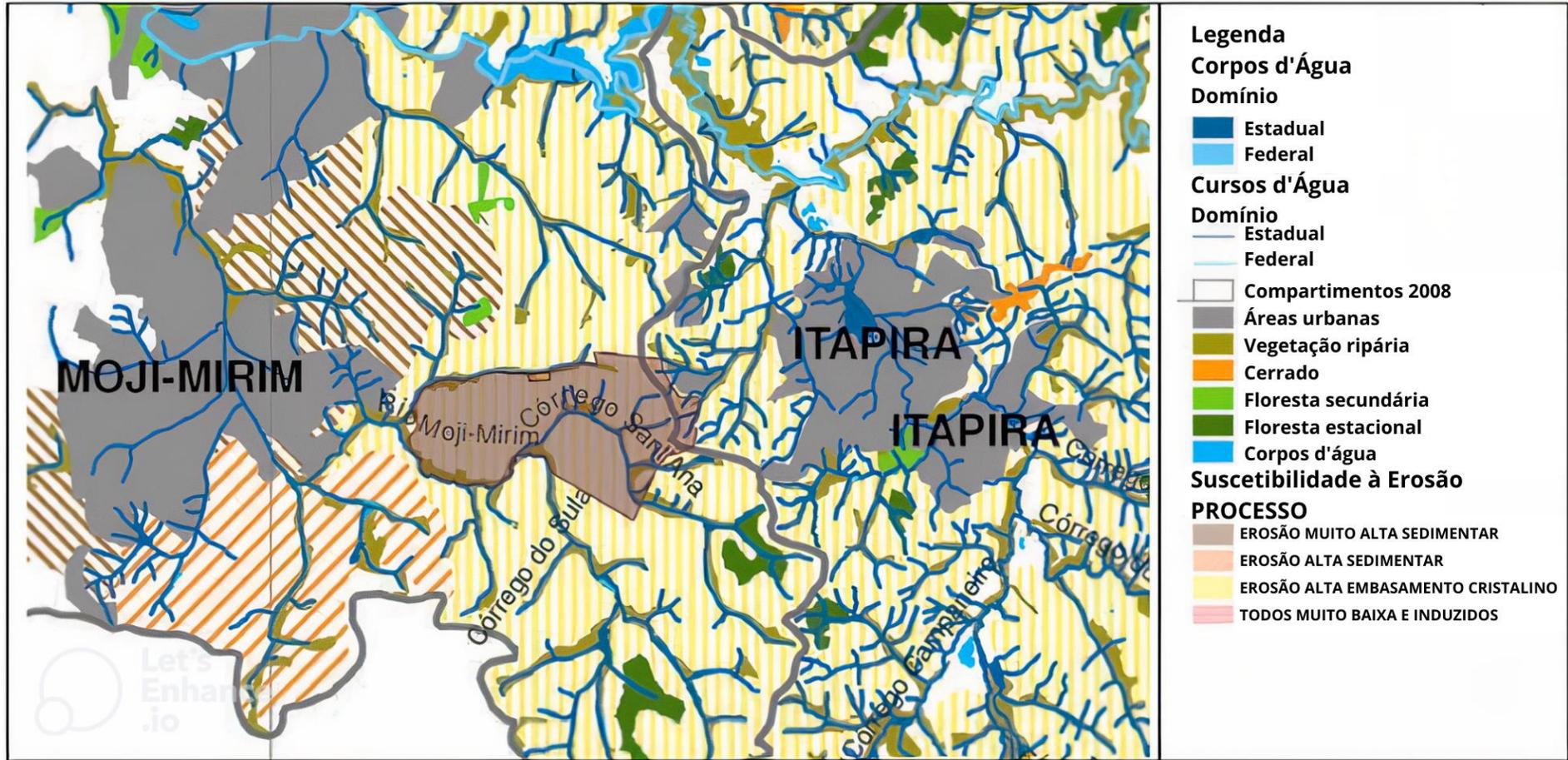
Diogo Telles, diretor executivo do ITESP, afirmou que após “[..] o serviço de moto mecanização esses agricultores terão mais de 100 hectares de terra para a produção de alimentos, gerando assim mais emprego e renda no campo”. Dentro das áreas agrícolas, algumas produções se destacam de maneira mais expressiva. Na pesquisa de Miranda (2008) foram entrevistadas 43 famílias e, dentre essas, a autora identificou a produção de 73 itens diferentes:

Nas 43 famílias entrevistadas foram detectados 73 produtos considerados os mais importantes na manutenção econômica do lote. Entre os cultivos mais citados, a mandioca possui a maior representação com 25,7% das citações, seguida pela produção de hortaliças e banana, com 8,1% cada. O não desenvolvimento de atividades e o trabalho fora do lote ou ‘bico’ representaram, separadamente, 5,4% das citações (MIRANDA, 2008, p. 43).

Esse problema com os tocos de eucalipto que os assentados enfrentam desde o início, juntamente com a ausência de uma atuação mais efetiva dos órgãos públicos para instruir as famílias sobre práticas que não sejam agressivas ao meio ambiente, resulta que o assentamento tem um histórico de sucessivas queimadas na tentativa de limpar o solo para a agricultura. Isso levou a casos registrados pela mídia local de incêndios que saíram do controle. Aliadas à estiagem, as queimadas chegaram a atingir a vegetação e até mesmo moradias. Tal problema, que ainda não está controlado, é observado desde o princípio da criação do assentamento.

O mapa representado na Figura 10 faz uma síntese desses elementos físico-naturais que compõem o território onde se localiza o assentamento e seu entorno. Em um tom de azul claro, pode-se observar a rota do Rio Mogi Guaçu, de domínio federal. Os demais corpos d’água constituem-se como domínio estadual. As manchas cinzas indicam onde se dá a concentração urbana das cidades de Mogi Mirim e Itapira.

Figura 10 - Mapa síntese da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, adaptado do Plano de Bacia da UGRHI-9 (2008)



Fonte: BARBOZA, 2011, p. 97.

## 4.2 HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Com a pesquisa documental os processos se complementam e apontam um panorama que permite revisitar o histórico, compreender os desafios e refletir sobre as perspectivas referentes às dinâmicas das atividades agrícolas, as quais se reconfiguram ao longo do tempo no território do assentamento, estabelecendo-se como suporte para as famílias que lá resistem. Neste sentido, reportagens e notícias de jornais impressos foram analisadas, com o intuito de apreender informações sobre as práticas agrícolas e não agrícolas no assentamento ao longo da história, levando em consideração o levantamento de registros relevantes para alcançar este objetivo.

A primeira notícia encontrada em relação à produção agrícola na área foi de julho de 1987, referente ao ano em que 30 famílias iniciaram a ocupação. O registro marca o início no dia 11 de junho. A partir desta data, os jornais impressos estampavam em suas páginas a questão da ocupação dos trabalhadores rurais sem terras na área ociosa da antiga Ferrovia Paulista S/A (FEPASA) responsável pelo transporte ferroviário de cargas e passageiros, destacando a intenção das famílias ocupantes na utilização da área para a prática da agricultura com o objetivo de formar cooperativas para o fortalecimento do trabalho e o desenvolvimento das atividades.

Percebe-se também, neste início de veiculação de informações, a dificuldade de mencionar a localização da área ocupada no corpo do texto, uma vez que as partes das terras ocupadas se encontravam tanto no município de Mogi Mirim quanto no município de Itapira. A situação de “indefinição” em mencionar o município que a área está localizada é expressa pela novidade do fenômeno da ocupação que requer responsabilidades e tomadas de decisões e pela posição geográfica do assentamento que está entre os dois municípios vizinhos. Com o passar do tempo, percebe-se que o município de Mogi Mirim, o qual possui a maior parte das terras referente à área ocupada, ficou responsável pelas demandas do local.

Diante das análises, nota-se que existem algumas reportagens que se utilizam do termo “invasores” para se referir aos indivíduos ocupantes da terra, sem uma preocupação de aprofundar as reais necessidades da distribuição de terras na região. A própria escolha do termo já demarca um posicionamento por parte da reportagem e da mídia que a veicula. Com isso, influenciou também na percepção que os leitores puderam ter à época sobre os ocupantes, uma vez que o termo “invasores” carrega em si uma alta carga de juízo de valor negativo sobre o ato de ocupação.

Fica evidente também algumas manifestações de apoio aos trabalhadores sem terras locais, sobretudo no pleito político na câmara de vereadores, com o intuito de pressionar o processo de reforma agrária na sociedade civil a partir da ação de solidariedade dos movimentos pastorais (como a Comissão Pastoral da Terra - CPT) ligados à igreja católica e de movimentos sociais (como da Central Única dos Trabalhadores – CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) no apoio às famílias acampadas.

No âmbito cultural, houve um envolvimento com as festividades do município por meio da participação nas quermesses das paróquias. Nessas festas eram promovidos o leilão de galinhas e o “forró da reforma agrária” e também a disputa de campeonatos de futebol entre o time de jogadores do assentamento com times de bairros da cidade. Existia, portanto, uma relação política e social do assentamento com a cidade e sociedade de Mogi Mirim.

Associada a essas interações sociopolíticas, percebeu-se uma preocupação com a produção das atividades agrícolas pelos trabalhadores rurais desde o início da ocupação das terras. Nesse sentido, as notícias evidenciam o cultivo da terra relacionada à produção de alimentos, tais como: quiabo, melancia, horta, repolho, alface, arroz e outras verduras, caracterizando a prática agrícola como agricultura de subsistência.

Outra preocupação é percebida com relação à consolidação da comunidade. Tal processo está relacionado com a criação de cooperativas e de projetos de plantio coletivo, como, por exemplo, a iniciativa do cultivo de arroz. Neste cenário, nota-se que a ocupação contribuiu desde o começo para o cumprimento da função social da terra no ambiente rural a partir da produção de alimentos para o bem-estar e justiça social.

A partir de julho de 1987, percebe-se um clima de ainda maior instabilidade para os trabalhadores rurais desta primeira ocupação, devido a um pedido de despejo por reivindicação da posse de terra pela FEPASA no âmbito jurídico. Com isso, famílias passam a deixar a ocupação, diante de possíveis ameaças de despejos e incertezas. Ora cogitava-se a transferência para as áreas de assentamentos da cidade de Promissão-SP e ora para a cidade de Avaré-SP, cidade onde as treze famílias que persistiram no processo de ocupação foram transferidas no ano de 1988.

Este impasse não considerou as atividades agrícolas que já estavam sendo desenvolvidas na área ocupada, uma vez que o projeto de plantio de arroz aconteceu

mesmo em meio às incertezas da permanência ou saída dos trabalhadores nas terras. As famílias transferidas para Avaré continuaram com o plantio de arroz na nova cidade, chegando a colher três mil sacas. Este contexto reforça a relação dos trabalhadores rurais com a terra e com a produção e desenvolvimento das atividades agrícolas (O IMPACTO, 1987; 1988).

Entre os anos de 1989 e 1996, nota-se uma lacuna nos noticiários impressos em relação à área do Horto do Vergel, uma vez que com a transferência das famílias e com as instabilidades a primeira tentativa de ocupação da área se findou. No entanto, no ano de 1997, novas notícias começaram a aparecer, quando 220 famílias ocuparam novamente a área no dia 12 de outubro, onde a data da segunda tentativa de ocupação das terras marcou inicialmente o nome do assentamento, que ficou conhecido como “Assentamento Rural 12 de Outubro”.

A comunidade Vergel se inspirou em outras experiências de assentamentos para ir em busca de seu próprio reconhecimento. Dentre essas inspirações, estão os Assentamentos de Sumaré I e II. Estes se desenvolveram sob a organização do MST, diferentemente do que houve no caso Vergel, que foi orientado pelo apoio sindical da CUT-CONTAG e movimentos sociais. Ainda assim, mesmo que não fosse guiado pelo MST, a comunidade contou com o apoio de alguns líderes do movimento no início de sua organização (LUCA, 2002).

A primeira notícia de 1997 novamente trata de maneira negativa os trabalhadores rurais que buscam um pedaço de terra para produzir e existir, mencionando-os como “invasores”. As informações dos jornais relatam novamente a mescla de incertezas com a busca de apoio e a preocupação para com o plantio dos produtos agrícolas. Desta vez, os trabalhadores reivindicaram e fizeram exigências ao poder executivo de Mogi Mirim no sentido de pleitear maquinários para fomentar as atividades com base na agricultura.

Neste conjunto de notícias, existe menção da intenção de se utilizar a área ocupada para as políticas de reforma agrária. Inicia-se nesse período, então, o processo de negociações entre a FEPASA e o INCRA com o interesse de destinar a área para a reforma agrária com a finalidade de assentar os trabalhadores rurais.

No ano de 1998 começou o processo de assentamento das famílias na área ocupada em que trabalhavam. Junto aos órgãos públicos, iniciou-se a articulação para impulsionar o plantio de alimentos como arroz, feijão, mandioca, quiabo e de plantas medicinais, conforme sugestão do departamento de saúde do município. Existiu

também uma parceria com a Universidade de Campinas no desenvolvimento educacional das crianças assentadas.

Em 1999 a fundação ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo iniciou o processo de divisão dos lotes. O assentamento passou a contar com o primeiro posto de saúde da comunidade e foi criada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro.

O Decreto n. 45.083, de 31 de julho de 2000, mencionado anteriormente, trata-se de um termo de Permissão de Uso firmado entre a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e a Rede Ferroviária Federal S/A durante o governo paulista de Mário Covas. Foram recebidos pela Secretaria em tal documento sessenta e cinco imóveis, totalizando um pagamento no valor de R\$ 163.008.178,42 à Rede Ferroviária. Dentre eles, estava o território referente ao Horto Florestal Vergel, cuja destinação se deu o assentamento (SÃO PAULO, 2000).

O início da ocupação foi difícil para as famílias. A pesquisadora Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca realizou um estudo em campo durante quatro anos desde o início do assentamento, em 1998, e registrou em um relato de experiência as dificuldades pelas quais passaram:

As pessoas não podiam abandonar seus barracos, sob pena de perderem a oportunidade de integrar a ocupação. Não havia trabalho no horto, que estava tomado de eucaliptos. A comunidade também não estava autorizada a mexer na madeira. Minha inserção no campo se deu ainda nesse momento de adaptação das pessoas à nova realidade e ao novo ambiente e eu sou testemunha desse sofrimento (LUCA, 2002, p. 14-15).

As famílias não se conheciam, não conheciam o território em que se instalavam, não possuíam formas de subsistência – já que não havia empregos no entorno – e não possuíam experiência em organização comunitária.

Os primeiros meses de ocupação foram muito difíceis para a maioria dessas pessoas, pois a fome estava muito presente. As famílias sobreviveram por algum tempo da solidariedade dos movimentos sociais, de grupos religiosos ou organizações civis das comunidades de Mogi-Mirim e Itapira, além de uma parca ajuda em cestas básicas cedidas pelo Estado, que tinham péssima qualidade e pouca quantidade, segundo depoimentos (LUCA, 2002, p. 14).

Sobreviveram, então, nos primeiros meses, devido ao auxílio dos movimentos sociais que os apoiavam, enquanto seguiam as reivindicações de condições mínimas para a comunidade do assentamento. Nesse processo, os assentados construíram uma sociabilidade e desenvolveram laços que os permitiam resistir juntos:

Mas esse período também foi bastante importante no sentido de constituição da sociabilidade dos integrantes do grupo, que para viabilizar suas existências estreitaram os laços de solidariedade e desenvolveram os sentidos de coletividade nas dinâmicas da comunidade. As atividades da cozinha coletiva no início da ocupação talvez tenha sido, segundo a fala de muitas pessoas, o fator de integração mais importante do grupo (LUCA, 2002, p. 15).

A partir dos anos 2000 são encontrados novos projetos e iniciativas relacionadas a alternativas para a diversificação das atividades agrícolas a partir de novos plantios e culturas. Iniciou-se ainda o surgimento das atividades não agrícolas no assentamento, tais como pousada com restaurante e um projeto de pesqueiro, existindo um indício de novas possibilidades de usos da terra e aproveitamento dos elementos naturais do território. Tais propostas dialogam com a geração de trabalho e renda com atividades ligadas também ao lazer e ao turismo.

Em matéria publica no jornal A Comarca em 28 de outubro de 2000, a visão que possuem sobre os ocupantes mostra uma posição mais positiva:

Longe do abandono em que o local se encontrava, os trabalhadores rurais deram vida às casas e instalações que eram marca registrada do horto. Sem dinheiro para colocar em prática muitos de seus projetos, os trabalhadores estão buscando permutas que viabilizem a obtenção de recursos e o início do plantio (A COMARCA, 2000).

Neste trecho há alguns pontos a se considerar. Em primeiro lugar, os assentados são referidos como “trabalhadores” e o ato do trabalho ganha expressivo destaque em toda a matéria, inserindo o leitor no dia a dia e nos projetos de expansão das culturas do assentamento. Em seguida, destaca-se a revitalização do local feita pelos assentados: as casas e instalações que já eram existentes estavam em situação de abandono e em estado precário. Com a presença dos assentados, essas construções ganharam novas utilidades e receberam melhorias.

A questão financeira dos assentados também é abordada, evidenciando que não possuem incentivo financeiro e tentam sanar essa dificuldade fazendo permutas e buscando, eles mesmos, formas de obter recursos capazes de serem investidos no desenvolvimento dos planos do assentamento.

O primeiro projeto colocado em prática pelos assentados que começa a dar resultado é a destilaria de óleo de eucalipto. Funcionando há algum tempo, o empreendimento rende a cada família envolvida cerca de dois salários mínimos. Ainda este mês, Galleta prevê que os quatro apiários implantados nas terras do assentamento deverão fazer a primeira extração de mel, num projeto em que 24 famílias dividem o trabalho (A COMARCA, 2000).

A notícia é corroborada pelo relato de Luca (2002), em que ela afirma a produção de óleo era existente e que a renda obtida trazia algum retorno, mas a amplitude do alcance da produção era ainda muito reduzida e insuficiente.

Além disso, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento montou uma fabriqueta de óleo de eucalipto que, embora já produza o óleo, ainda não consegue colocar toda sua produção no mercado. As famílias que integram esse grupo de trabalho já conseguem garantir algum retorno financeiro do projeto. Outras atividades estão em desenvolvimento no Assentamento: a produção de carvão e o projeto de apicultura são alguns exemplos. Há um projeto sendo pensado no sentido de transformar a região do convívio do Assentamento em espaço turístico e de venda da produção de Vergel (A COMARCA, 2000).

Os impasses em relação à ocupação dos lotes e utilização efetiva da terra seguem nesse período, destacando a busca por apoio às instituições públicas como a prefeitura e o ITESP. No ano de 2004 é garantida a posse da terra para algumas famílias e outras ainda aguardam decisões. Neste período a Associação dos Pequenos Produtores começa a construir as primeiras casas no assentamento.

Com o passar do tempo, o Assentamento Rural Horto Vergel recebeu estruturas e serviços: posto de saúde da família, creche, restauração do antigo prédio da estação e contou com atividades esportivas e de lazer. Fica evidente também a conquista dos trabalhadores rurais em relação à população de Mogi Mirim e região a partir da comercialização de produtos naturais e o abastecimento de entidades da região com os produtos agrícolas produzidos no assentamento.

[...] algumas mulheres do Assentamento 12 de Outubro, no Vergel, estão aproveitando as oportunidades e garantindo renda para suas famílias, expondo e comercializando artesanatos e produtos obtidos através do sistema orgânico – ou natural – de cultura. São hortaliças, frutas, mandioca, milho ou derivadas sem o uso de agrotóxicos (MARTINI, 2005).

A matéria do jornal A Comarca, escrita por Alexandre Martini (2005), evidencia que as mulheres assentadas estavam diversificando suas atividades e agregando mais produtos à produção do assentamento:

Algumas delas – como Maria Neide, Maria da Glória de Oliveira e Vera Lúcia Bernardino dos Santos, a agente de saúde de Vergel – produzem também tapetes, almofadas, passadeiras, toalhas e colchas com retalhos de tecidos obtidos em oficinas de costura de Mogi Mirim e Itapira (MARTINI, 2005).

Os produtos artesanais e trabalhos manuais de diversos tipos, para além da agricultura, foram inseridos como uma possibilidade de diversificação da oferta de produtos para a população das cidades vizinhas e complementação da renda. Isso

demonstra que as próprias assentadas procuravam expandir suas possibilidades, sem jamais deixar de lado os produtos da terra, mas agregando a eles.

O sistema de produção orgânica também é mencionado como forma de produção impulsionada pelo coletivo de mulheres agroecológicas “Marias da Terra” que ficaram conhecidas nacionalmente a partir da divulgação de seu trabalho num programa de televisão<sup>6</sup>.

O sistema orgânico de cultivo está produzindo verduras e frutas mais bonitas e duráveis, além de saudáveis: “Quando retornam (à barraca na feira livre de sábado), os compradores contam que nossas frutas são mais docinhas e as verduras duram mais”, observou Maria da Glória (MARTINI, 2005).

A partir do ano de 2009 há uma diminuição dos registros em relação às atividades econômicas e as notícias versam sobre reivindicações dos moradores do assentamento por infraestrutura, devido às más condições de elementos fixos essenciais para a manutenção da produção e escoamento dos produtos oriundos das diversas atividades produtoras do Assentamento Rural Horto Vergel.

Destaca-se também, no ano de 2014, uma notícia de que o Horto do Vergel poderia se transformar em atração turística como forma de turismo rural, mostrando a busca de alternativas para o desenvolvimento local: “O Comtur (Conselho Municipal de Turismo de Mogi Mirim) firmou parceria com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro para a implantação de um projeto que promove o turismo rural no Assentamento Horto de Vergel” (O POPULAR, 2014).

Segundo a matéria, o assentamento teria o apoio da prefeitura para a realização de obras por meio de Secretaria de Cultura e Turismo e pela Secretaria de Obras, com a utilização de uma emenda parlamentar no valor de R\$ 100 mil:

As etapas de implantação incluem a qualificação das famílias envolvidas, a criação de uma agência de turismo para organizar as visitas, a produção de um vídeo sobre o local, a criação de um site, a publicação de um mapa contendo os possíveis pontos turísticos e a realização de uma feira de exposição dos produtos do assentamento. Está em estudo a restauração da Estação Vergel para que o espaço possa abrigar atividades de turismo, cultura e educação ambiental (O POPULAR, 2014).

As notícias mais recentes, que datam de 2016 a 2019, por outro lado, mencionam o abandono da área pelo poder público. Moradores e trabalhadores rurais

---

<sup>6</sup> O programa de televisão em que estiveram presentes as representantes das Marias da Terra foi o programa “Caldeirão do Huck”, exibido na Rede Globo de Televisão no ano de 2013. O programa completo está disponível na rede social Facebook das Marias da Terra, disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1954114387937591>. Acesso em: 21 maio 2022.

cobram mais atenção com o assentamento, gerando uma baixa no desenvolvimento das atividades devido à falta de planejamento infraestrutura. O nome de uma reportagem de 2019 publicada n'O Popular dá uma ideia dos problemas: "Vergel agoniza com falta de estrutura: O Popular vai até o assentamento e vê ponte precária, estradas de barro e falta de iluminação".

A sensação é de que se trata de uma cidade paralela, tamanho o descaso. Bastaram poucos minutos de andança pela área para O POPULAR constatar inúmeros problemas, escancarando uma infraestrutura deficitária, com falta de iluminação, asfalto, capinagem e o mínimo para se viver. Localizado na zona Leste, o assentamento Horto do Vergel, vizinho do parque das Laranjeiras, sofre com o esquecimento. A colocação vem de moradores ouvidos pela reportagem, alguns deles temerosos até em se identificar, com medo de uma tão sonhada melhoria, vista de binóculos, demorar ainda mais por parte da Administração Municipal (O POPULAR, 2019).

A reportagem traz ainda importantes trechos de falas de moradores de longa data do assentamento. Em seus relatos, fica explícito certo descaso do poder público com relação ao assentamento desde sua fundação:

"Desde quando eu vivo aqui, essa é a nossa vida"

Na quarta-feira na quarta-feira, o popular ouviu parte da história e da rotina no assentamento de Pedro José, morador do Vergel há 15 anos. Pedro, que vive com a família em uma modesta casa, difícil até de ser notada pelo tamanho do mato, se vê obrigado a pegar uma enxada e ele mesmo carpir o matagal. "Tem que ser, né? A gente vai ficando com vergonha por ficar no meio do mato, então pega a enxada para carpir", queixou-se.

Até a educação dos filhos sofre consequências com as estradas tomadas por lama. "Quando chove forte, perde aula, já aconteceu isso. Fora quando chega à escola com o pé cheio de barro. Eu tenho dó dos meus filhos, que chegam com o pé sujo. Desde quando vivo aqui, essa é nossa vida", afirmou, em um tom de tristeza.

Mesmo com as dificuldades, ainda existe espaço para a alegria, com a realidade gerando uma alusão à música "Devagar, Devagarinho", do sambista Martinho da Vila. "Aqui é igual a música do Martinho. É devagar, quase parando", brincou (O POPULAR, 2019).

As péssimas condições das estradas e falta de pavimentação das ruas foram as principais queixas dos moradores dessa reportagem. Essa questão de manutenção das vias públicas, como se pode ver, vai além de agravar dificuldades de locomoção e transporte. O problema das ruas afeta a educação das crianças e adolescentes do assentamento que, em dias de chuva como o relatado pela reportagem, acabam perdendo dias letivos. Implica também em questões relativas a dignidade da população que ali reside, como no trecho em que o pai Pedro José comenta sentir dó de seus filhos por terem que chegar na escola com os pés sujos de lama.

A verdade é que estamos esquecidos, abandonados, desabafa morador  
Ao passar com o seu caminhão em uma das estradas do assentamento, uma

buzina seguida de acenos e sorrisos a Marcos Gaúcho [vereador] logo deram lugar a lamentações pela precariedade do local. A reportagem conheceu o produtor rural e morador do Vergel desde 2000, José Rocha, e, mais do que reclama ações, recebeu pedidos por socorro. “A gente se sente bastante esquecido no assentamento, não tem estrada, não tem segurança não tem saúde. O desejo era que a prefeitura fizesse um trabalho mais digno aqui, mas parece que não tem dó da gente”, desabafou.

O apreço por viver e ter no assentamento parte de seu sustento com o trabalho rural impedem uma mudança de residência, por mais que isso possa passar pela cabeça. “A gente gosta do lugar, mas se sente desconfortável, nos sentimos injustiçados”, lamentou Rocha.

Uma simples ida para “a cidade”, como se refere à área urbana, se torna um martírio. “Para poder ir até a cidade é a maior dificuldade, tem dias que não conseguimos, precisa procurar o melhor caminho. A verdade é que estamos esquecidos, abandonados, parece que não tem ninguém assentado aqui”, criticou, indignado.

Tais notícias, sendo bastante recentes, indicam que inúmeras questões relativas à infraestrutura para o assentamento ainda são motivo de luta por parte dos moradores e seus aliados. Como se vê pela fala de José Rocha na reportagem acima, continuar vivendo no assentamento, mesmo sofrendo com adversidades e condições um tanto quanto precárias, é uma forma de resistência dos assentados que esperam pelo dia que virá em que serão tratados com atenção pelo poder público.

#### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

As fontes apresentadas, ou seja, as matérias dos jornais A Comarca e O Popular, mostraram que as atividades agrícolas e não agrícolas caminharam juntas no processo de ocupação e são o suporte para as famílias que resistem e permanecem no assentamento. Percebemos também que existe uma oscilação bem grande no que se diz respeito ao sucesso das atividades realizadas no assentamento, uma vez que as instabilidades geradas desde o começo da ocupação permanecem até os dias de hoje, destacando a necessidade de um estudo socioambiental para subsidiar um planejamento das atividades agrícolas e não agrícolas no território.

Para complementar esta investigação, realizou-se um trabalho de campo tal como a definição de Gil (2007), com observação e relatos coletados em que os moradores apontaram as particularidades locais, como parte das atividades previstas desta pesquisa com o intuito de coletar dados com as lideranças do assentamento a partir de uma roda de conversa com os líderes da comunidade que se dispuseram a se reunir para compreender e contribuir com as proposituras deste estudo. Os seus relatos foram ouvidos, coletados e sintetizados das questões que se seguem.

As lideranças são identificadas como: “liderança A”, “liderança B” e “liderança C”, que de maneira participativa dialogaram e suscitaram reflexões diante das conversas relacionadas à realidade socioeconômica (atividades desenvolvidas como fonte de renda para as famílias, cooperativismo, permanência) e as características dos elementos da natureza (água, solo e matas) a partir de um diálogo horizontal.

Nota-se a complexidade na compreensão da dinâmica socioeconômica, que implica em relações entre produção, relações internas e externas, comércio e consumo. Destaca-se a importância dos estudos geográficos que estão atentos à dinâmica da realidade e à constante reconfiguração dos espaços rurais. Diante deste desafio, o espaço rural, que não está desassociado do cenário global, pode apresentar possibilidades para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, que em conjunto auxiliam na recuperação das particularidades e costumes do ambiente rural com o intuito de promover relações sadias no processo de produção de alimentos, troca das mercadorias e oferta de serviços.

As lideranças locais ressaltaram as atividades que são desenvolvidas no assentamento, bem como as possibilidades para o desenvolvimento, deixando evidente a presença de atividades agrícolas e não agrícolas como marcas do território. A “liderança A” destacou a agricultura familiar como fonte de sobrevivência e de renda, promovendo um diálogo sobre a necessidade da valorização e fortalecimento da agricultura familiar que é responsável pela produção agrícola que se destina para o consumo da própria família, para a troca de produtos com outras famílias produtoras de alimentos e também com a venda dos produtos agrícolas “porta a porta na cidade”; além do trabalho familiar em uma “linha de produção” de descascamento de mandioca, fornecidas por agricultores internos e externos do assentamento; após o descascamento e limpeza da mandioca que ocorre dentro do assentamento, o produto natural é escoado e distribuído para a comercialização nos espaços urbanos da região.

Nas atividades que envolvem o uso da terra para produção diversificada de alimentos, a “liderança A” e a “liderança C” evidenciam a importância das associações e cooperativas do assentamento (Associação das Mulheres Agroecológicas; Associação 12 de Outubro; Marias da Terra e Cooper Vel) para a produção e escoamento da produção de alimentos, possibilitando a reunião e distribuição dos produtos agrícolas de vários pequenos produtores rurais, que em suas pequenas propriedades cultivam uma diversidade de alimentos (legumes, grãos, frutas e

verduras), garantindo assim a segurança alimentar e a possibilidade de comercializar produtos agrícolas durante o ano todo a partir da rotatividade das culturas (FIGURA 11 e FIGURA 12). A “liderança C” citou exemplo do cultivo da banana, mandioca limão, milho, jiló, manga, abacate, moranga, abobrinha menina brasileira e horta como os principais cultivos de sua propriedade e da propriedade de seus vizinhos.

Em relação às atividades produtivas, a “liderança B” conduziu a conversa pautando a atividade agrícola relacionada com a produção agroecológica, associando a produção de alimentos com a preservação da natureza. Problematizou que a temática do orgânico na atualidade é tida como um “rótulo”, mais do que um sistema de produção agrícola sustentável, onde existe uma concepção mercadológica e burocrática que dificulta a ação dos pequenos produtores.

Os assentados destacaram a produção de mandioca (FIGURA 13a) como alternativa para vários lotes devido à demanda, a adaptação da cultura ao solo árido e aos problemas relacionados à drenagem, devido à falta de água para irrigação. As dificuldades do acesso aos recursos hídricos, que são limitados para a produção agrícola, foi outro tema bastante comentado, uma vez que as águas dos poços são compartilhadas para uso comum dos lotes.

As lideranças destacaram as atividades ligadas ao lazer e ao turismo como possibilidade para agregar valor aos produtos agrícolas, uma vez que as visitas e passeios podem agregar na venda dos produtos artesanais (chips de mandioca (FIGURA 13b) e batata; doces e geleias) e também para funcionamento de um bom restaurante para atender aos visitantes. Acreditam que o assentamento possui uma paisagem natural favorável para o desenvolvimento de atividades ligadas ao lazer.

A “liderança C” comunicou sobre a importância das associações e cooperativas que estão dentro do assentamento, pois os produtos são comercializados nas ruas e feiras do município de Mogi Mirim e escoados para outras cidades do estado de São Paulo (Igaratá e Praia Grande). Enfatizou a necessidade de as prefeituras da região firmarem parcerias com os produtores rurais do assentamento para o abastecimento da merenda escolar dos municípios.

Figura 11 - Diversidade na produção agrícola com diferentes cultivos: a) milho b) jiló; c) banana. d) abacate



Fonte: Arquivo pessoal da "liderança C", 2020. Registros das culturas agrícolas em sua propriedade.

Figura 12 - Diversidade na produção agrícola com diferentes cultivos: a) limão b) manga; c) moranga d) horta



Fonte: Arquivo pessoal da "liderança C", 2020. Registros das culturas agrícolas em sua propriedade.

Levantou ainda a pauta relacionada à necessidade de reestruturação e reformas dos elementos construídos no assentamento (como por exemplo, o prédio da antiga estação) para viabilizar o armazenamento da produção agrícola e a utilização de algumas estruturas para finalidade de educação, turismo e lazer, pois as estruturas estão cada vez mais degradadas e ociosas. Apontou que as atividades culturais, que ajudariam para a sobrevivência dos assentados e como legado para o território, aliadas com a educação, manteriam as crianças e jovens no Horto do Vergel e seriam um atrativo para a população da cidade.

Percebe-se, desta maneira, a importância relacionada ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas dentro do assentamento, como elas se complementam para promover a dinamicidade e movimento econômico no território, nas mais diversas possibilidades: agricultura de subsistência (FIGURA 13c); comercialização dos produtos agrícolas (FIGURA 14a); venda de produtos artesanais (FIGURA 10b); atividades e possibilidades ligadas ao lazer e ao turismo (FIGURA 14c e 14d).

Quanto às atividades de lazer, as lideranças destacam que o território do assentamento já possui elementos naturais e culturais favoráveis e que necessitam de infraestrutura e maior atenção das políticas públicas para a fomentação de atividades ligadas ao turismo e lazer. Destacaram no diálogo o espaço do lago (FIGURA 14c) como potencial de contemplação, caminhada, recreação e balneabilidade; e o prédio da antiga estação como potencial para a criação de um ponto de cultural após o processo de restauração. As lideranças evidenciaram também algumas festas e eventos que lá ocorrem, como a festa de São Pedro (padroeiro do assentamento) e a romaria da terra e das águas do estado de São Paulo como manifestações políticas, culturais e de resistência (FIGURA 14d).

Quando se trata destas relações, Verdejo (2006) nos coloca que para compreender as especificidades dos territórios rurais é necessário intensificar a participação da população local e ampliar os olhares para a realidade socioambiental para que haja a melhoria nas habilidades de planejamento da realidade local, respeitando os conhecimentos culturais (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) na gestão dos recursos naturais e humanos, visando a sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. É preciso prezar pelo envolvimento da comunidade no processo de aquisição da informação para aplicação em seu cotidiano.

Figura 13 - Potencialidades para o desenvolvimento de atividade agrícola e não agrícola. a) produção de mandioca. b) chips de mandioca; c) horta de subsistência. d) lago do Vergel



Fonte: Próprias do autor, 2019.

Figura 14 - Potencialidades para o desenvolvimento de atividade agrícola e não agrícola: a) comercialização coletiva de banana e manga. b) produtos artesanais: bolo de mandioca e doce de laranja; c) lazer: pescaria no lago. d) turismo: romaria da terra e das águas – SP



Fonte: Trabalho de campo, 2019 e arquivo pessoal, 2020.

Neste contexto, no que tange as atividades econômicas, cabe ressaltar a evidência em relação às limitações estruturais e financeiras das associações e dos assentados que necessitam de políticas públicas (em escala federal, estadual e municipal) que atendam aos interesses da comunidade e às possibilidades do território. Órgãos e instituições públicas possuem uma grande responsabilidade para o desenvolvimento de ações que viabilizem e incentivem o crescimento das atividades agrícolas e não agrícolas no assentamento. Todavia, para que isso ocorra, é necessário que sejam criadas e implementadas políticas públicas que articulem a ligação do primeiro setor (poder público) e terceiro setor (sociedade civil organizada, como no caso das associações) através de um caráter participativo e democrático.

#### 4.4 O ACESSO, DISTRIBUIÇÃO E USO DA ÁGUA<sup>7</sup>

A questão voltada aos recurso hídrico apareceu várias vezes no processo de coleta de dados e informações da pesquisa estando presente nos registros históricos (diversos usos da água, dificuldades e conflitos no tocante ao acesso e utilização da água), e nas esferas Ambiental (qualidade da água, contaminação pelos agrotóxicos, preservação dos recursos hídricos) e Social (utilização coletiva do recurso, sistemas de irrigação), por isso, faz necessário um tópico exclusivo desde elemento natural tão primordial para a prática das agriculturas e das atividades corriqueiras da população do assentamento.

Segundo estudo realizado por Ferreira et al. (2016), intitulado “Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quem e para quem?” aponta que o modelo de desenvolvimento atual impõe ao território Brasileiro uma gestão da água que privilegia o acesso por grandes empreendimentos do agronegócio e que a modernização da agricultura, utilizando agrotóxicos gera rotas de contaminação que atingem o ambiente e também a água, repercutindo em graves riscos à saúde humana. Vale ressaltar que no Brasil, conhecido internacionalmente como “celeiro do mundo” existe uma maior utilização da água nas produções centradas no modelo empresarial do agronegócio, que tem como característica a

---

<sup>7</sup> Uma versão estendida desse tópico foi apresentado no IX Simposio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife, Pernambuco. Disponível em: <https://singa19.files.wordpress.com/2020/10/versao-final-anais-ix-simposio-internacional-de-geografia-agraria-e-x-simposio-nacional-de-geografia-agraria-2019.pdf>

produção em larga escala e em grandes propriedades (latifúndios) com o intuito de exportar grande parte da produção (commodities rurais), como por exemplo: o monocultivo de soja, milho e cana-de-açúcar; bovinocultura, fruticultura; produção de algodão e eucalipto. Cada dia mais estas e outras monoculturas avançam sobre as áreas naturais para aumentar a produção e conseqüentemente o lucro.

Neste contexto, existe a apropriação dos elementos da natureza (destacando a água e o solo), por parte deste modelo agrícola dominante, com o intuito de dominar tais recursos para “aperfeiçoar” seus usos e conseqüentemente acelerar o ritmo da produção agrícola. Este cenário marcado pelo domínio e exploração dos recursos naturais é resultado de um processo histórico da produção capitalista na agricultura. Silva (1989) já nos alertava de que as transformações capitalistas objetivavam elevar a produtividade, intensificando a produção agropecuária a produzir mais a partir do processo de “industrialização da agricultura”, que modifica as relações de produção no campo.

É desta maneira que as barreiras impostas pela natureza que fosse adequada à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma Natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver a falta de água; se é brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se e assim por diante. (GRAZILIANO DA SILVA, P.14,1989).

Diante deste retrato da realidade, temos uma economia mundial e nacional, totalmente voltada para sustentar o sistema de relações de produção e de trocas pautados na produção capitalista, que é caracterizado na “especialização” da produção dos territórios e na divisão internacional do trabalho. No caso brasileiro, o agronegócio é privilegiado pelo acesso ao capital e conseqüentemente aos meios de produção, máquinas e insumos agrícolas e sobre tudo pelo domínio dos recursos naturais. Neste sentido, a agricultura familiar e/ou as pequenas e médias propriedades ficam submetidas a este modelo de produção, são forçadas a acompanharem os processos dominantes para poder competir no mercado; vale ressaltar que a agricultura familiar é responsável pela produção e abastecimento da maioria dos alimentos que chegam diretamente até a “mesa” da população para o consumo diário.

Fica evidente que o modelo de produção agropecuário brasileiro intensifica a exploração e a apreensão desigual dos elementos da natureza, neste caso o elemento natural água, passa a ser considerado um recurso de extrema relevância, cada vez mais cobiçada sua captação para os sistemas de irrigação, ou seja, o recurso fica

monopolizado nas mãos das grandes empresas e latifundiários que sustentam o agronegócio e toda sua cadeia produtiva (insumos e fertilizantes químicos; sementes geneticamente modificadas, pesticidas; maquinários e transportes agrícolas; tecnologia). Este monopólio do recurso hídrico, que gera lucro, reforça as desigualdades e vai na “contramão” da legislação nacional e de seus fundamentos, sobre tudo em relação à questão do domínio público, do uso múltiplo e da gestão compartilhada. A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997).

A Política Nacional dos Recursos Hídricos apresenta os seus objetivos no Artigo 2º, que seria:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;
- IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais. (BRASIL, 1997).

Cabe-nos refletir se, no contexto atual, a Política Nacional dos Recursos Hídricos, está sendo validada e cumprida para garantir o acesso, a qualidade e a preservação da água. Paralelamente à questão da desigualdade enquanto ao uso realizado pelos diferentes sistemas de produção agrícola, temos também a problemática do acesso à água e ao saneamento básico, abarcando a questão da infraestrutura.

O acesso à água potável e ao saneamento para os mais pobres tem sido dificultado pela pouca extensão de tarifas sociais, pela falta de infraestrutura em assentamentos urbanos precários e pela inversão de prioridades das empresas de saneamento (FURIGO; SAMORA, 2019, p. 43).

Furigo e Samora (2019) realizaram um estudo com base na análise de dois eventos mundiais cuja discussão central é o acesso à água no século XXI, ambos aconteceram em Brasília no ano de 2018: O 8º Fórum Mundial da Água, capitaneado pelo Conselho Mundial da Água, e o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que reuniu organizações sociais de defesa dos direitos humanos. As pesquisadoras nos colocaram em reflexão sobre as questões relacionadas ao processo da universalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento. O déficit dos serviços de abastecimento de água em 2016 foi de 17% da população total, e a coleta e afastamento dos esgotos domésticos foram de 48%. De todo o esgoto gerado no País, 55% era lançado in natura nos corpos d'água, e cerca de 38% da água captada e tratada era perdida (FURIGO; SAMORA, 2019).

O estudo nos alerta para a dimensão política que está relacionada à questão do acesso à água e ao saneamento, trazendo a importância de discutirmos de maneira politizada toda a questão da água seus aspectos: poluição hídrica; perdas de água; inversões de prioridades das empresas de saneamento; escassez; falta de fiscalização da captação e descarte dos resíduos das empresas em cursos da água e a privatização no sistema de distribuição de água.

O silêncio em relação às causas que geram tais situações de vulnerabilidade socioambiental colabora para não colocar em evidência os conflitos relacionados ao uso da água e ao saneamento ampliando assim as desigualdades que privam os sujeitos do acesso e do uso da água que é um bem comum da humanidade. Neste cenário, os assentamentos rurais, ficam ainda mais a mercê dos serviços de abastecimento de água e serviços de saneamento, uma vez que não estão dentro da prioridade do espaço do urbano; não se inserem no sistema dominante de produção agrícola (o processo de reforma agrária é incompleto e esquecido); e ainda possuem pouca representação e participação nas tomadas de decisões.

Desta maneira, os assentamentos rurais ficam “triplamente” excluídos do acesso à água, pois não estão inseridos da lógica dominante em nosso sistema econômico, político e social. Assim com a globalização do problema ambiental, a questão agrária se transforma no uso e conservação dos recursos naturais, e se conecta com um mundo tecnologicamente bastante desenvolvido, mas ao mesmo tempo preocupado com os graves problemas da pós-industrialização e da pós-modernização (WHITAKER, 2011, p. 63).

Barboza (2011) faz uma reflexão em relação ao uso da água nos assentamentos rurais, enfatizando que estes espaços apresentam-se como forma eficaz de retorno às atividades agrárias de pessoas que migraram para a cidade devido ao processo de modernização da agricultura brasileira (SOUZA; BERGAMASCO, 2007; BARBOZA, 2011), apontando que nos assentamentos a falta de água é muito mais complexa do que a escassez do recurso, ocorrendo uma gestão e regulamentação comunitária dos recursos hídricos.

Tal situação é a realidade de muitos assentamentos rurais de reforma agrária que até nos dias atuais passam por dificuldades em relação ao acesso à água, existindo assim um uso limitado, que impede a realização das atividades básicas do cotidiano e sobre tudo, causa um impasse na produção da agricultura familiar, que necessita da utilização da água para irrigar as hortas e pequenas plantações; dificultando o cumprimento da função social da terra (que consiste no uso do solo como suporte para a produção de alimentos) e da estabilidade da vida dos assentados. Resultando assim em um conflito socioambiental que se manifesta também, no território do Assentamento Rural Horto Vergel.

Em relação a questão da água, a “liderança A””, colocou que Associação das Mulheres Agroecológicas solicita meios e ferramentas para a recuperação do recurso hídrico, onde a recuperação das nascentes pode vir a trazer acesso à água. O mesmo também mencionou que a região estava seca, praticamente há 90 dias sem chuvas, e que a água disponível no poço é insuficiente para a produção agrícola. Destacando que seria inviável o financiamento de um sistema particular individual para a captação e distribuição de água, reforçou a preocupação com a qualidade e quantidade dos recursos naturais para as próximas gerações do território.

Já a “liderança B” destacou a preocupação com a produção agroecológica. Mencionou a dificuldade do acesso aos recursos hídricos, que são limitados para a produção agrícola, uma vez que as águas dos poços artesianos são compartilhadas para uso comum dos lotes, ficando limitado apenas para uso doméstico das famílias, não sendo possível utilizar a água do poço para a irrigação, pois o pagamento pelo uso da água é realizado de maneira coletiva.

A “liderança B” colocou a problemática dos agrotóxicos, onde os riachos que seria possível ser utilizados para irrigação possuem uma tendência de estarem contaminados pelo agrotóxico das áreas vizinhas, o que inviabiliza a produção agroecológica. Mencionou a necessidade de ser feita uma análise da qualidade das

águas do riacho para verificar se existe ou não a contaminação química. A “liderança 2” concluiu com otimismo, dizendo que o Assentamento Rural Horto Vergel é rico em água e que precisa apenas de um sistema eficiente de distribuição, justificando que a dificuldade do acesso ao recurso pela maioria também dificulta a produção de alimentos em seu lote e nos lotes dos vizinhos.

A “liderança C”, em relação à questão da água, colocou sua preocupação devido à contaminação da água provocada pelo agronegócio da laranja e da cana-de-açúcar aos redores do assentamento. No âmbito técnico, explicou que o assentamento conta com seis poços semi artesianos, onde cada poço é compartilhado por mais ou menos 23 lotes/famílias, limitando o uso da água para as necessidades básicas. Mencionou que a água para o uso agrícola é pouca, relatando que alguns produtores captam a água do rio, uma minoria usa do poço para uma pequena horta e os demais cultivam pastagem ou plantio de milho, mandioca e outras culturas que não precisam de irrigação. A liderança C lamenta que o território do assentamento está esquecido pelas políticas públicas, enfatizando que falta estrutura e pertencimento.

As impressões relatadas pelas lideranças que participaram da roda de conversa são relevantes, pois representam um grupo e fazem parte das associações e cooperativas. Na coleta das informações ficou evidente a associação que fizeram de maneira direta e/ou indireta entre o acesso ao recurso hídrico com importância que dão para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas dentro do assentamento e a importância destas para gerar renda às famílias e movimentar economicamente o território.

Vale ressaltar que ficaram evidentes as limitações estruturais e financeiras das associações e dos assentados que necessitam de políticas públicas (em escala federal, estadual e municipal) que atendam a seus interesses e suas possibilidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o conflito existente em relação ao abastecimento e uso da água é resultado de vários processos maiores, que foram pensados a partir da ótica dominante, articulado por representantes do estado e do setor econômico, que ditam as regras e as leis que regem a sociedade, fazendo manifestar as contradições no território do assentamento.

Ou seja, são questões de escalas maiores que influenciam nas escalas menores, podemos dizer que é influência da dimensão global sobre a dimensão local, que gera um cenário de exclusão (“acumulação de perdas”) do espaço rural e sobre tudo dos assentamentos e dos assentados, por três motivos principais: O sistema econômico dominante caminha ao lado da agricultura empresarial, conhecida como agronegócio; e não oportuniza as representações da comunidade rural e dos movimentos sociais do campo nas tomadas de decisões.

No caso do Assentamento Rural Horto Vergel não é diferente, existe uma inclusão incompleta dos assentados na terra (resultado do processo também incompleto da reforma agrária no Brasil), ficando evidente a falta de infraestrutura básica e equipamentos fixos no território (relacionado a estradas, distribuição de água, postes de iluminação; construções de prédios para oferta de serviços públicos), além de estar localizado distante da mancha urbana de dois municípios no qual a área do assentamento está localizada.

Este cenário evidencia que o conflito pelo acesso e uso da água é resultado deste processo histórico e vigente, tal conflito se manifesta de maneira silenciosa, pois os assentados estão insatisfeitos (devido à falta de condições para a produção de alimentos), mas, não existe um movimento contínuo e popular para solucionar a situação. Falta mobilização, que pode ser justificada pela existência de diversos centros de poder dentro do próprio Assentamento Rural Horto Vergel, onde possui quatro associações, com quatro lideranças e formação de grupos, gerando segmentação (aumentando a burocracia e diminuindo a democracia e a participação) resultando em uma fragilidade que é a desorganização dos assentados, no sentido de não produzirem estratégias e fazer valer o poder de decisão do coletivo. As estratégias, se bem articuladas, começam a “inverter” a regras dominantes, só assim para começar o processo de acumulação de ganhos no contexto social e fazer diminuir as contradições no território do assentamento.

Ficou evidente, durante o processo de pesquisa, a questão da importância da união dos trabalhadores para a ocupação das terras que hoje formam o assentamento, desde a primeira vez que em que houve uma tentativa de ocupação desse território. Uma vez que existia um grupo de homens e mulheres desempregados reivindicando empregos e uma forma de sobrevivência, a terra se mostrou como uma fonte fértil de trabalho, para a criação da renda e também para moradia e habitação, suprimindo uma série de necessidades dessa população. Então, o assentamento que existe hoje só se tornou possível por conta da organização inicial desse movimento pela terra que se reuniu a partir da Central Única dos Trabalhadores para forçar a distribuição de terras que, mais tarde, lhes foram entregues.

Atualmente, observa-se uma configuração diferente dos assentados. Foi, de fato, um movimento heterogêneo desde seu início, mas contando com a orientação da CUT. Hoje, o assentamento possui várias lideranças e também várias cooperativas. Disso, surgem alguns conflitos de interesse, já que nem todos os assentados compartilham das mesmas ideias, nem há uma unidade entre os grupos internos dos trabalhadores. A fragilidade se encontra em relação às múltiplas lideranças, onde ocorrem, por vezes, pequenas disputas internas de poder. Com isso, o assentamento teria muito a ganhar se houvesse uma organização associada ou inspirada no MST, para conquistar maior força política dentro, inclusive, das cidades e fortalecer a ligação que possuem entre si e com o assentamento.

Durante os diálogos com os assentados surgiu ainda uma problemática de escala familiar que, com o passar dos anos, vem se mostrando cada vez mais relevante e tenderá a se tornar mais crítica com o passar das gerações. A concessão de uso das terras cabe a uma pessoa da família responsável por ela e por sua renovação. Para que passe à geração seguinte, precisa haver um acordo entre a quem dos filhos isso será legado. A terra entra novamente em discussão quando famílias de pais idosos e seus filhos possuem atritos sobre a quem deve ser passado o uso da terra. Torna-se uma questão, inclusive, sobre a permanência ou não das novas gerações no assentamento que, neste momento, não pôde ser aprofundada devido ao recorte da caracterização, mas que configura como uma perspectiva para se desenvolverem pesquisas aprofundadas que tomem essa questão de conflitos familiares como objeto.

O que se destaca ao longo da história do assentamento é a produção agrícola, principalmente de subsistência, e as sucessivas tentativas de comercialização de seus

produtos. Foi com isso que passaram a ingressar nas políticas públicas, podendo fornecer o que é produzido para ser comprado pelas penitenciárias, pelas as escolas bem como tendo incentivo para atuar nas feiras livres. Ainda assim, fica bem evidente que se trata de uma agricultura majoritariamente de subsistência. Nisso tudo, destaca-se a importância do ITESP enquanto política pública aos assentamentos e ao espaço rural do estado de São Paulo.

Com relação às produções não agrícolas, as atividades do assentamento estão bem distantes de uma lógica mercadológica voltada para o lucro e acumulação do capital. Os produtos artesanais, as atividades de lazer e turismo e quaisquer atividades que não sejam limitadas à agricultura existem como um complemento à renda das famílias que ali residem. Isso ocorre porque a agricultura em si não é suficiente para suprir as necessidades mínimas de sobrevivência da comunidade, levando com que sejam induzidos a pensar outras formas de trabalho, usufruindo do espaço do assentamento.

É importante ressaltar que essas práticas não destoam da relação íntima com a terra que possuem, nem tampouco da ordem herdada do campesinato. Essas atividades estão pautadas nos saberes populares, como nas receitas que são passadas de geração em geração, e na religiosidade do campo, como no caso das procissões e festividades religiosas que trazem o público urbano a conhecer o assentamento. Já a demanda pelas atividades de lazer, como a transformação da antiga estação ferroviária em um espaço de cultura para os jovens que apareceu nos relatos, é uma demanda que a comunidade faz em prol da afirmação de sua própria dignidade como forma de reivindicação de seus direitos básicos.

Ainda assim, pelos relatos dos moradores e dados obtidos, considera-se que faltam muitas políticas públicas de nível municipal. Observamos a necessidade de o assentamento estabelecer uma relação mais próxima com município de Mogi Mirim, onde se localiza a sua maior porção territorial, pois ainda vivem uma situação de quase abandono, que gera insegurança na população assentada pela falta de segurança pública. Além disso, falta infraestrutura, iluminação, estradas, assistência à população do assentamento em geral enquanto moradores do espaço rural. Isso se dá principalmente nas áreas de reforma agrária, colocada em segundo plano pela administração municipal.

Fica evidente que existe a necessidade de uma articulação interna por meio do diálogo e da cooperação, para que as decisões e demandas sejam colocadas no

sentido “de baixo para cima”, a partir da realidade central do assentamento e dos assentados. Para que assim, em longo prazo, possa começar a existir mediações para negociar as situações com os outros atores que também estão fazendo parte do jogo social (Esfera Municipal – Prefeituras e suas secretarias; Esferas Estaduais – ITESP; autarquias de saneamento básico) responsáveis também por criarem e manterem a situação atual de falta de acesso aos recursos básicos, bem como responsáveis por gerar políticas públicas que atendam às diversas demandas da população, no sentido da equidade, justiça e prestação de serviços que contribua para a resolução dos conflitos, que aponte para possíveis soluções e caminhos, que neste caso viabilize a infraestrutura necessária para viver com dignidade; e que democratize a distribuição e o acesso da água e à infraestrutura para a manutenção e ampliação das atividades agrícolas e não agrícolas a serem realizadas no território do Assentamento do Vergel.

Pensando no desenvolvimento futuro do assentamento, existem várias potencialidades para serem vislumbradas. A produção agrícola poderia se expandir e fornecer alimentos a mais instituições e o fortalecimento da produção agroecológica. Quanto à paisagem natural e a paisagem construída, poderiam incentivar um turismo de base comunitária e fortalecer a interação entre os assentados como espaços comum de convivência e lazer. Apesar das promessas encontradas nos recortes de jornais ao longo do tempo, essas ações ainda não ocorreram efetivamente. Disso se dá a importância de estudos de espaços como o Assentamento Rural Horto Vergel, para questionar essas contradições, bem como mostrar a relevância da temática para as pesquisas e a necessidade da formação de nossa sociedade para com a questão agrária, sobretudo no apoio aos movimentos pela terra e a resistência do campesinato.

Consideramos a partir dessa pesquisa que a ciência geográfica contribui de maneira efetiva para analisar e relacionar as informações e os dados no sentido de oferecer ao mesmo tempo: uma análise detalhada (quando estudamos as especificidades dos elementos), bem como uma análise ampla (quando interpretamos a relação entre os elementos) possibilitando assim, uma visão mais complexa e integrada da realidade.

## REFERÊNCIAS

A COMARCA. Assentados implantam atividades produtoras. Mogi Mirim, 28 out. 2000.

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, p. 15-40.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/cpMRZBKzHVKjsRsfhh8HjPL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro**, São Paulo Terra Livre, v. 15, p. 87-112, 2000.

BARBOZA, Renato Matos de Lopes Torres. **Estratégias, condições e obstáculos para implantação de técnicas mais sustentáveis no manejo da água em assentamentos rurais. Caso: assentamento Rural Horto Vergel “12 de Outubro”, Mogi Mirim-SP**. 2011. Dissertação (Engenharia Urbana) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4315/3940.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 maio 2022.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123836>. Acesso em: 27 maio 2022.

BOSSLE, Renato Cabral. **QGIS e geoprocessamento na prática**. São José dos Pinhais: Íthala, 2015.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DR: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 1964. Brasília, DR: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar**. Brasília: MDA; INCRA, 1999.

CÂMARA, Gilberto et al. **Análise Espacial e Geoprocessamento**. In: MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira et al. **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004, p. 21-54.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista Economia**, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012. Disponível em: [https://anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897\\_916.pdf](https://anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf). Acesso em: 09 jul. 2022.

CARMO, Maristela Simões do; COMITRE, Valéria. **A Visão Sistêmica na Avaliação Socioambiental de Assentamentos Rurais**. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza (Org.). **Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes**. Campinas: Feagri/Unicamp; Incra/MDA. v. 1, p. 435-452, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 20, p. 131-155, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1853/1753>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Relações sociais e formação do capital nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara - Pontal do Paranapanema/SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Teresa Aier de; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza. (Org.). **Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes**. Campinas: Feagri/Unicamp, 2011, p. 145-166.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2008b. p. 173–224.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. ; GONCALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. v. 1. 109p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURIGO, Renata de Faria Rocha; SOMORA, Patricia Rodrigues. O Fórum Mundial da Água e o FAMA: conflitos e perspectivas para o século XXI. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 40, n. 136, p. 31-45, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/977>. Acesso em: 27 maio 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 1, n.1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso em: 26 maio 2022.

GUERRERO, Iris Cecilia Ordóñez. **(In)segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **GeUERJ**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 7-19, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 27 maio 2022.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades, 2004. Documento de trabalho baseado em uma versão revisada de comunicação apresentada ao 1º Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2001.

LUCA, Mônica Maria Barbosa Leiva de. Histórias de identidades num assento rural. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 4, n. 1, p. 10-31, 2002. Disponível em: [https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10495/ssoar-etd-2002-1-luca-historias\\_de\\_identidades\\_num\\_assento.pdf?sequence=1](https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10495/ssoar-etd-2002-1-luca-historias_de_identidades_num_assento.pdf?sequence=1). Acesso em: 26 maio 2022.

MAIA, Adriano Corrêa; DE OLIVEIRA FERREIRA, Darlene Aparecida. Gestão do território: multifuncionalidade e turismo como estratégias para o desenvolvimento rural. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 3, n. 2, 2011. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/1236/863>. Acesso em: 27 maio 2022.

MALUF, Renato. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq e Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MARQUES, Jorge; RIBEIRO, Susana. O turismo de negócios na cidade do porto: perspectivas de desenvolvimento. **Exedra: Revista Científica**, n. 1, p. 151-175, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6491769>. Acesso em: 27 maio 2022.

MARTINI, Alexandre. Vergel conquista Mogi com produtos naturais. **A Comarca**, Mogi Mirim, 16 jul. 2005.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. Et al. Caracterização socioambiental do município de Caucaia (Ce) utilizando sistema de informação geográfica (SIG): subsídios para o ordenamento territorial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 163–182. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7342>. Acesso em: 9 jul. 2022.

MIRANDA, Livia Atauri. **Recursos florestais e agroflorestas no assentamento 12 de Outubro (Horto Vergel), Mogi Mirim, SP**. 2008. Dissertação (Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296848014.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101459?show=full>. Acesso em: 27 maio 2022.

MOREIRA, Roberto José. Metodologias da reforma agrária: o Censo e o Projeto Lumiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 5, n. 1, p. 163-177, 8 abr. 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/110>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

O IMPACTO. Famílias ocupam o Horto de Vergel e querem produzir. A intenção é que as famílias formem cooperativas. Mogi Mirim, 16 jun. 1987.

O IMPACTO. Sem-terra começam a plantar no horto do Vergel. Mogi Mirim, 25 jun. 1987.

O IMPACTO. Sem-terra colhem arroz, mas não sabem o destino do grupo. Mogi Mirim, 21 jan. 1988.

O POPULAR. Horto Vergel vai virar atração turística. Mogi Mirim, 27 ago. 2014

O POPULAR. Vergel agoniza com falta de estrutura. Mogi Mirim, 27 fev. 2019.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em Debate**, n. 10, abr. 2020. Disponível em: [https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade\\_terras\\_agricolas.pdf](https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf). Acesso em: 15 maio 2022.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 45-66, 2005.

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611/3610>. Acesso em: 26 maio 2022.

SANTOS, Claudinei Lucio; SILVA, Alex Sandro Possamai da. Planos nacionais de reforma agrária: uma leitura a partir dos movimentos sociais. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v. 7, n. 13, p. 59-72, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10762>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985**. Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1985/lei-4957-30.12.1985.html>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 45.083, de 31 de julho de 2000**. Autoriza a Fazenda do Estado a receber da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, mediante órgão em pagamento, os imóveis que especifica, situados em Municípios do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2000/decreto-45083-31.07.2000.html>. Acesso em: 17 maio 2022.

SCHNEIDER, Sergio. Actividades rurales no agrícolas y transformaciones del espacio rural: perspectivas recientes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá - Colômbia, v. 1, n. 44, p. 11-40, 2000. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/2320/1632>. Acesso em: 27 maio 2022.

SILVA, José Francisco Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

SILVA, José Francisco Graziano da. **O que é a questão agrária**. Coleção Primeiros Passos. 15. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, José Francisco; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O Novo Rural Brasileiro**: uma atualização para 1992–98. In: ENCONTRO DE JOVENS AGRICULTORES COOPERATIVISTA A CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE, III, 1998, Campinas, p. 1-15. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

SOUZA, Alexandre Piqui. Serviço de destoca e enleiramento é iniciado no Assentamento Vergel em Mogi Mirim, 11 mar. 2021. ITESP. Disponível em: <https://www.itesp.sp.gov.br/?p=8954>. Acesso em: 26 maio 2022.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico**. São Paulo: SENAC, 1995.

VALE Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual

Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104387>>. Acesso em 23 maio de 2019.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

Wanderley, M. de N. B. . (2019). **A questão agrária, uma questão para a sociedade** brasileira. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 39(1), 15–30. <https://doi.org/10.37370/raizes.2019.v39.78>

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **O papel da sociologia rural frente às teorias da complexidade**. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de (Org.). *Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes*. Campinas: Feagri/Unicamp, 2011, p. 25-36.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ANEXO 1 – REPORTAGEM SOBRE DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTORAS NO ASSENTAMENTO RURAL HORTO VERGEL

C4 - ECONOMIA Mogi Mirim, sábado, 28 de outubro de 2000

a comarca 100 anos

**HORTO DE VERGEL. Dividida em grupos, comunidade apela à troca de favores para obter recursos e iniciar o plantio no loteamento**

# Assentados implantam atividades produtoras

**INCÊNDIO**  
*Local sofre com várias queimadas*

Nas últimas semanas, vários focos de incêndio foram registrados na área do "Assentamento 12 de Outubro". Segundo a direção do local, a autoria dos incêndios era desconhecida e o início do fogo teria sido causado por invasores. Para evitar situações como as que vêm sendo registradas, os assentados formaram uma "brigada de incêndio". No entanto não possuem qualquer tipo de equipamento para conter os focos.

**ÓLEO**  
O primeiro projeto colocado em prática pelos assentados que começa a dar resultado é a destilaria de óleo de eucalipto. Funcionando há algum tempo, o empreendimento rende a cada família envolvida cerca de dois salários mínimos. Ainda este mês, Galletta prevê que os quatro apiários implantados nas terras do assentamento deverão fazer a primeira extração de mel, num projeto em que 24 famílias dividem o trabalho.

O representante do Itesp também disse que já estão em fase de estudos novos projetos que visam ao total aproveitamento da área que pertencente ao Estado. Entre eles o de piscicultura, hortaliças, panificação e até uma pousada. "Pela realidade vivida no assentamento, os resultados obtidos até agora estão acima da média", diz Galletta ao falar das parcerias obtidas até agora.

*Dormentes estão sendo permitidos como forma de viabilizar melhorias no "Assentamento 12 de Outubro"*

*O lago, hoje utilizado como área de lazer, poderá ser utilizado em projeto de piscicultura; fonte de renda*




**A realidade do Horto de Vergel, após três anos de ocupação por um grupo de assentados do MST (Movimento dos Sem-Terra), já apresenta várias mudanças marcantes. Dividida em grupos, a comunidade local começa a colocar em prática algumas das atividades que deverão gerar divisas e servir de sustentação para as 80 famílias que residem no "Assentamento 12 de Outubro".**

Longe do abandono em que o local se encontrava, os trabalhadores rurais deram vida às casas e instalações que eram marca registrada do horto. Sem dinheiro para colocar em prática muitos de seus projetos, os trabalhadores estão buscando parcerias que viabilizem a obtenção de recursos e o início do plantio.

Nos últimos dias, o trabalho está voltado para a destoca dos 150 hectares onde serão plantadas mandiocas. Antes disso, o local terá que passar por um processo de revitalização, já que durante muitos anos o eucalipto foi a cultura plantada no local.

Segundo o representante do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Carlos Eduardo Galletta, as sementes para o plantio já foram compradas pelo órgão. "Estamos aguardando o fim do veranico para iniciarmos o plantio", disse Galletta.

Além da mandioca de mesa, que deverá ocupar 100 hectares, existe um projeto para ocupar os outros 50 hectares com milho e feijão. Ambos são sete grupos de produção divididos por etapas, onde cada um tem papel importante na produção do assentamento.

A madeira que está sendo extraída do Horto de Vergel — dando lugar a outras culturas — tem sido comercializada com autorização do Estado. Nem mesmo a madeira seca está sendo desperdiçada. Parte do que sai das florestas de eucalipto é transformada em dormentes, utilizados na ferrovia. Outra parte é dividida em lenha e toras com diversas finalidades, e todo o dinheiro obtido com a venda da madeira é revertido em serviços.

Fonte: A Comarca, 2000.

## ANEXO 2 – NOTÍCIA QUE EVIDENCIA A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DO VERGEL COM AS CIDADES DA REGIÃO POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS NATURAIS

**a.comarca**

Mogi Mirim, sábado, 16 de julho de 2005

**NOVA ORDEM** *Mulheres vencem a aridez da terra e, sem dinheiro, conseguem produzir flores, plantas medicinais e hortaliças*

# Vergel conquista Mogi com produtos naturais

**Alexandre Martini**

Uma barraca de quatro metros quadrados instalada na feira livre de sábado (parte do Terminal Rodoviário Urbano) e um lugar no "Johny Center" (próximo da Praça Flávio Pexoto, o Jardim Velho), todo segundo sábado de cada mês, até podem representar pouca coisa em termos de espaço comercial. Mas algumas mulheres do Assentamento 12 de Outubro, no Vergel, estão aproveitando as oportunidades e gerando renda para suas famílias, expondo e comercializando artesanatos e produtos obtidos através do sistema orgânico – ou natural – de cultura. São hortaliças, frutas, mandioca, milho ou derivados dessas culturas cultivadas sem o uso de agrotóxicos.

Elas preferem não falar em números – quanto já estão vendendo, ou quanto arrecadam. "Estamos só no começo, mas esta horta tão pequena já está garantindo também arroz e feijão em nossas mesas", assegura Maria Inês Teixeira, uma das quatro originais do Grupo de Mulheres Agroecológicas, nascido menos de um ano atrás.

O grupo está com onze integrantes e deverá crescer ainda mais. A meta é fundar uma Associação ou comprar uma Cooperativa de Produção. Até lá, as mulheres seguem reunindo conhecimentos e ampliando suas culturas com a assistência de uma ONG (Organização Não Governamental), a Fundação Moké Okada, de Ipeúna (SP).

Além das orientações sobre o manejo de solo e combate às pragas com defensivos naturais (calda verde), as mulheres ecológicas do Vergel também participam de cursos de artesanato, já realizaram oficinas de polvilho e derivados de leite, além de um curso sobre a utilização da sira de bacupeta – para enfiar os vidros de compotas (doce em calda de açúcar). Agora, estão programadas para um curso sobre a utilização da palha de milho.

Algumas delas – como Maria Inês, Maria da Glória de Oliveira e Vera Lúcia Bernardini dos Santos, a agente de saúde do Vergel – produzem também tapetes, almofadas, passadeiras, toalhas e colchas com retalhos de tecidos obtidos em oficinas de costura de Mogi Mirim e Itapira.

Massissena Cristina da Cruz e Maria Mílioni comercializam mais flores (crisântemo e o popular baço); Roseli Teixeira Rosa produz também mel de abelha; Eunice Fátima Ferreira, Cristiana Márcia Emiliano têm hortaliças (alfaca, aipoão, couve, repolho, salsa, cebolinha, cenoura e beterraba) e frutas (laranja, mamão e goiaba); enquanto Felícia Marinho Bernardino e Luísa Rodrigues de Souza cultivam mais plantas medicinais (babosa, alecrim, arruda, erva-cidreira, hortelã, cânfora, penicilina, bálsamo e catinga-de-mulata).

Luísa, por exemplo, tem metros de um hectare de seu sítio destocado e gradado para cultura. Mas fez deste terreno o "quintal mais mineiro de todos", como reconhecem suas compatriotas do grupo. Ela cultiva de tudo um pouco e ainda produz biscoitos, farinhas de mandioca e milho e polvilho.

O sistema orgânico de cultivo está produzindo verduras e frutas mais bonitas e duráveis, além de saudáveis. "Quando retornam à barraca na feira livre de sábado, os compradores contam que nossas frutas são mais docinhas e as verduras duram mais", observou Maria da Glória.

Todas as mulheres do grupo também estão sendo orientadas a agregarem valor aos seus produtos. A mandioca, por exemplo, se vendida como sai da terra, rende R\$ 2,00 a caixa. Mas lavada, descascada e embalada, a mesma porção rende R\$ 10,00. "Qualidade, beleza e higiene rendem mais", alerta Vera Lúcia.

De toda produção levada para a feira não volta nada para o Assentamento. O que não é comprado na barraca, acaba sendo vendido depois, de porta em porta. "O público está crescendo", garantem as mulheres ecológicas.



As pequenas hortas já estão rendendo dinheiro para as mulheres e filhos

Fonte: A Comarca, 2005.

## ANEXO 3 – NOTÍCIA QUE MENCIONA O ASSENTAMENTO COMO ATRAÇÃO TURÍSTICA

A2 / O POPULAR - Quarta-feira, 27 de agosto de 2014

## Horto de Vergel vai virar atração turística

Da Redação

**O Comtur (Conselho Municipal de Turismo de Mogi Mirim) firmou parceria com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro para a implantação de um projeto que promove o turismo rural no Assentamento Horto de Vergel.**

A proposta foi apresentada em reunião realizada no último dia 19, no Centro Cultural Lauro Monteiro de Carvalho e Silva, e já obteve aprovação da

Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

Uma emenda parlamentar no valor de R\$ 100 mil, alcançada pela APPR 12 de Outubro, custeará a iniciativa. A associação é presidida pelo assentado Walter Durante. A Prefeitura, através das secretarias de Cultura e Turismo e Obras, prestará suporte à implantação da proposta de integrar o campo à cidade. Estão sendo organizados encontros com os proprietários rurais para planejar a execução.

As etapas de implantação incluem a qualificação das famílias envolvidas, a criação de uma agência de turismo para organizar as visitas, a produção de um vídeo sobre o local, a criação de um site, a publicação de um mapa contendo os possíveis pontos turísticos e a realização de uma feira de exposição dos produtos do assentamento. Está em estudo a restauração da Estação Vergel para que o espaço possa abrigar atividades de turismo, cultura e educação ambiental.

# ANEXO 4 – NOTÍCIA DENUNCIA A FALTA DE ESTRUTURA NO ASSENTAMENTO

O POPULAR Sexta-feira, 22 de fevereiro de 2019 / A3

**NÃO É SÓ O LARANJEIRAS...**

## Vergel agoniza com falta de estrutura

O POPULAR vai até o assentamento e vê ponte precária, estradas de barro e falta de iluminação

TERENÇO SURLI  
terencio@populardom.com.br

**A** situação é de que se trata de uma cidade paralela, tamanho o descaso. Bastaram poucos minutos de andança pela área para O POPULAR constatar inúmeros problemas, escancarando uma infraestrutura deficitária, com falta de iluminação, asfalto, capinagem e o mínimo para se viver. Localizado na zona Leste, o assentamento Horto do Vergel, vizinho do Parque das Laranjeiras, sofre com o esquecimento. A colação vem de moradores ouvidos pela reportagem, alguns deles temerosos até em se identificar, com medo de uma tão sonhada melhoria, vista de binóculo, demorar ainda mais por parte da Administração Municipal.



Foto: Fernando Surl

Vereador Marcos Gaúcho, que faz transporte de pacientes, aponta para córrego ao lado da ponte

Se, na semana passada, um vídeo mostrando a situação de uma das pontes viralizou em grupos do WhatsApp e redes sociais, chamando a atenção pelo risco causado a veículos, que diariamente passam ali, o cenário, com a chuva da madrugada de terça para quarta-feira, piorou. Ao lado do vereador Marcos Antônio Franco, o Marcos Gaúcho (PSB), O POPULAR notou o quão frágil se encontra a ponte e o perigo de algum incidente. Não se trata de veículos comerciais ou de médio porte. Na estrutura, passam caminhões pesados, que balançam e causam até ruídos na madeira já desgastada, mostrando que um reparo seria mais do que necessário.

Um córrego localizado ao lado da ponte, em dias de chuva, espalha a água por toda a região, a ponto de, em alguns momentos, fazer com que a ponte, de 5,5 metros de largura por seis metros de comprimento, fique submersa. A situação se agrava à noite. Sem iluminação alguma, é quase impossível perceber a existência da travessia. Somente muito cuidado e passagem com velocidade baixa podem evitar danos aos veículos, já atingidos pelas péssimas condições das estradas.

**Barro**  
Aliás, a realidade das estradas assusta pela falta de conservação: um quase toda a extensão do assentamento, as vias são de terra, tomadas por buracos e sem nenhum tipo de sinalização. Em dias de chuva, a lama e poças de água tornam as "ruas" insuperáveis e a ida o vinda dos próprios moradores.

**"Desde quando vivo aqui, essa é a nossa vida"**



Na quarta-feira, O POPULAR ouviu parte da história e da rotina no assentamento de Pedro José, morador do Vergel há 15 anos. Pedro, que vive com a família em uma modesta casa, difícil até de ser notada pelo tamanho do mato, se vê obrigado a pegar uma enchada e ele mesmo carpir o matagal. "Tem que ser, né? A gente vai ficando com vergonha por ficar no meio do mato, então pega a enchada para carpir", queixou-se.

Até a educação dos filhos sofre consequências com as estradas tomadas por lama. "Quando chove forte, perde aula, já aconteceu isso. Fora quando chega à escola com o pé cheio de barro. Eu tenho dois dos meus filhos, que chegam com o pé sujo. Desde quando vivo aqui, essa é a nossa vida", afirmou, em tom de tristeza.

Mesmo com as dificuldades, ainda existe espaço para a alegria, com a realidade gerando uma alusão à música "Devagar, Devagarinho", do sambista Martinho da Vila. "Aqui é igual a música do Martinho. É devagar, quase parando", brincou.

**"A verdade é que estamos esquecidos, abandonados", desabafa morador**

Ao passar com seu caminhão em uma das estradas do assentamento, uma buzina seguida de acenos e sorrisos a Marcos Gaúcho logo deram lugar a lamentações pela precariedade do local. A reportagem conheceu o produtor rural e morador do Vergel desde 2000, José Rocha, e, mais do que reclamações, recebeu pedidos por socorro. "A gente se sente bastante esquecido no assentamento, não tem estrada, não tem segurança, não tem saúde. O desejo era que a Prefeitura fizesse um trabalho mais digno aqui, mas parece que não tem do da gente", desabafou.

Q apreço por viver e ter no assentamento parte de seu sustento com o trabalho rural impedem uma mudança de residência, por mais que isso possa passar pela cabeça. "A gente gosta do lugar, mas se sente desconfortável, nos sentimos injustiçados", lamentou Rocha. Uma simples ida para "a cidade", como se referem à área urbana, se torna um martírio. "Para poder ir até a cidade é a maior dificuldade, tem dias que não conseguimos, precisa procurar o melhor caminho. A verdade é que estamos esquecidos, abandonados, parece que não tem ninguém assentado aqui", criticou, indignado.

**Prefeitura promete melhoria na ponte e negocia manutenção com empresa**

A Prefeitura informou que uma equipe técnica da Secretaria de Agricultura realizou uma vistoria na ponte do Horto do Vergel, ao lado de uma empresa especializada em serviços de dragagem, com o objetivo de avaliar as condições de assoreamento do leito do córrego.

O relatório prévio apontou que será necessária a realização de serviços com a máquina "dragline", a fim de retirar os sedimentos, tanto no ribeirão quanto às margens, seguindo normas estabelecidas pela legislação ambiental, além da execução do aprofundamento e alargamento da alça do córrego em até 2 metros de profundidade e 10 metros de largura.

A análise final deverá ser emitida após inspeção em uma extensão maior do córrego. A vistoria constatou também que não houve danos na estrutura da ponte e, no momento, a secretaria utilizará uma retroescavadeira. A possibilidade de interdição provisória está já sendo avaliada através de uma rota alternativa com acesso à Rodovia SP-147 e ao bairro Sehaç, na zona Leste.

Paralelamente, a Prefeitura também negocia com os responsáveis por um loteamento na região, considerado como um dos fatores do assoreamento do córrego. Há acordos prévios que estabelecem ao loteador realizar os serviços de manutenção da ponte.



Todos os dias, caminhões passam pela ponte, em risco iminente

Fonte: O Popular, 2019.